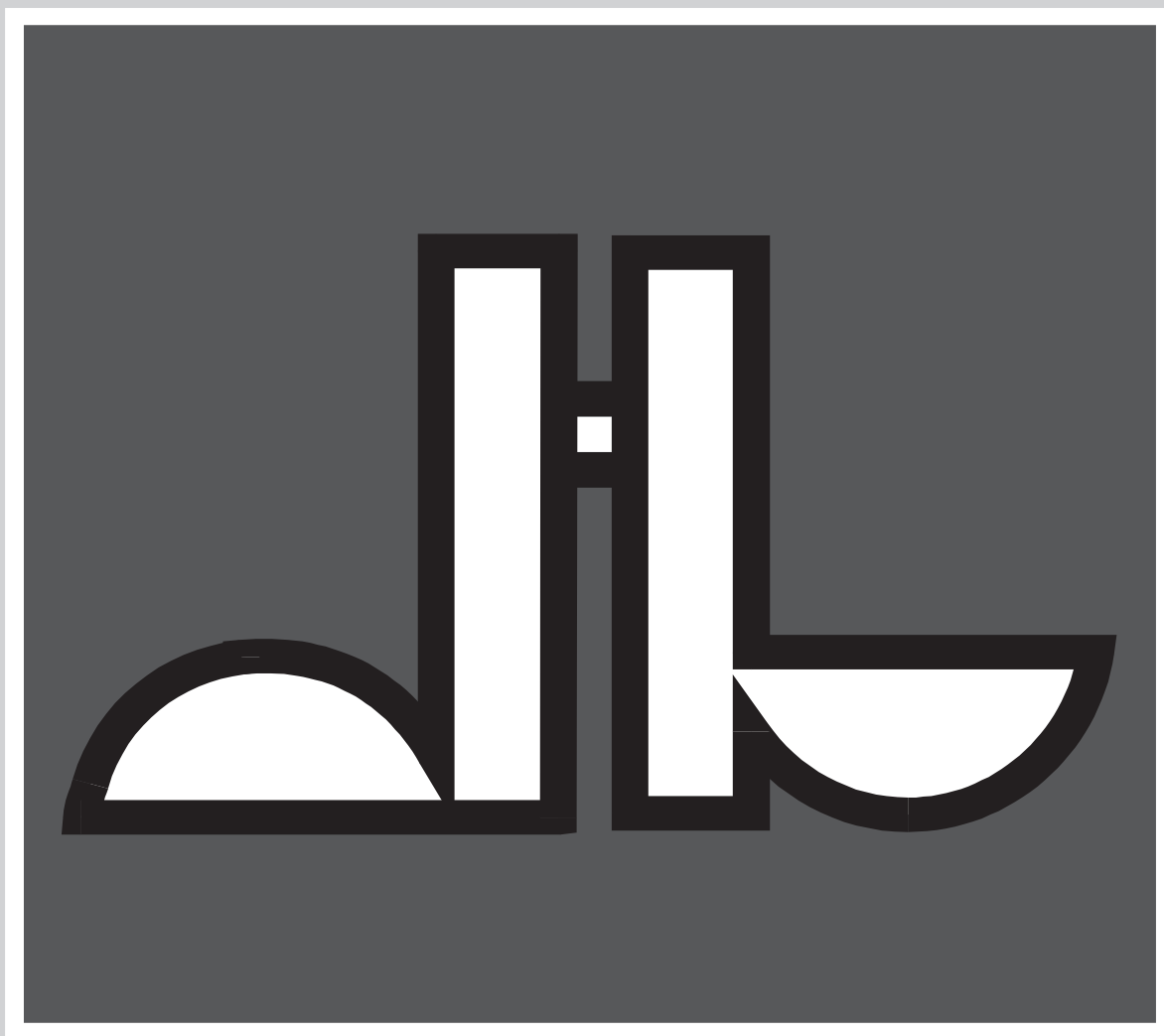




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

CPQ NZXKK/ P à222 / QUARTC/HGKT C.'16 FG OUTUBRQ FG 4235 / DTCU'NK/FH

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária
Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente
Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente
Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária
Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário
Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário
João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

- 1º** - Magno Malta (PR/ES)
2º - Jayme Campos (DEM/MT)
3º - João Durval (PDT/BA)
4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente
Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário
Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário
Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

- 1º** - Gonzaga Patriota (PSB/PE)
2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)
3º - Vitor Penido (DEM/MG)
4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de
Plenários e de Elaboração de Diários
******Zuleide Spinola Costa da Cunha**
Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de
Debates Legislativos

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS.	
1.1 – EMENDA CONSTITUCIONAL	02123
Emenda Constitucional nº 75/2013, que acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.	02123
1.2 – LEI PROMULGADA	
Lei nº 12.866/2013, que abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica.	02124
1.3 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 373/2013	02125
1.4 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 53 a 56/2013	02129
1.5 – ATOS CONJUNTOS DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nºs 9 e 10/2013	02130
2 – ATA DA 23ª SESSÃO CONJUNTA (SO-LENE), EM 15 DE OUTUBRO DE 2013	02131
2.1 – ABERTURA	02131
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 75/2013, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 123/2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados), que acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.	02131
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela cantora Célia Porto, acompanhada pelo Maestro Rênio Quintas	
2.2.2 – Leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional (Deputado Simão Sessim)	02131
2.2.3 – Assinatura da Emenda Constitucional	02132
2.2.4 – Promulgação da Emenda Constitucional	02132
2.2.5 – Pronunciamentos	
Deputado Otavio Leite	02132
Srª Marta Suplicy, Ministra de Estado da Cultura	02133
2.2.6 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Henrique Eduardo Alves)	02134
2.2.7 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros)	02135
2.2.8 – Execução das músicas “Cidade Nua”, pela cantora Célia Porto, acompanhada pelo Maestro Rênio Quintas; “Ave Maria”, pela cantora Rosemary, acompanhada pelo tecladista Felipe Portilho e pelo saxofonista Jonas Campelo; e “Oração de São Francisco”, pelo cantor Raimundo Fagner.	
2.3 – ENCERRAMENTO	02137
3 – ATA DA 24ª SESSÃO CONJUNTA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2013	02138
3.1 – ABERTURA	02151
3.2 – ORDEM DO DIA	02151
3.2.1 – Item 1	
Veto Parcial nº 33/2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 47/2013 (nº 4.264/2012, na Câmara dos Deputados), que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.	
Mantido (vide item 4.1).	02151
3.2.2 – Item 2	
Veto Parcial nº 34/2013, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 60/2011 (nº 5.894/2009, na Câmara dos Deputados), que transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho,	

estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. **Mantido (vide item 4.1).** 02152

3.2.3 – Item 3

Veto Parcial nº 35/2013, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123/2012 (nº 2.205/2011, na Câmara dos Deputados), que cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências. **Mantido (vide item 4.1).** 02152

3.2.4 – Item 4

Veto Total nº 36/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 612/1999 (nº 2.641/2003, na Câmara dos Deputados), que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro. **Mantido (vide item 4.1).** 02153

3.2.5 – Item 5

Veto Parcial nº 37/2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 20/2013 (proveniente da Medida Provisória nº 613/2013), que institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004,

11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. **Mantido (vide item 4.1).** 02153

3.2.6 – Comunicação da Presidência

Designação de membros para integrarem a Comissão destinada a acompanhar a apuração da votação dos Vetos nºs 33 a 37/2013..... 02153

3.2.7 – Pronunciamento

DEPUTADO ANDRÉ MOURA – Homenagem ao Dia dos Professores e reflexões acerca do ensino brasileiro. 02162

3.2.8 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Eduardo Cunha... 02166

3.2.9 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão conjunta 02166

3.3 – APÓS A ORDEM DO DIA

3.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, em 19 de novembro próximo, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais e projetos não apreciados na presente sessão. 02137

3.4 – ENCERRAMENTO..... 02167

4 – ATA 02168

4.1 – APURAÇÃO DA VOTAÇÃO DOS VETOS NºS 33 A 37/2013..... 02177

CONGRESSO NACIONAL

5 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) 02182

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)..... 02190

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) 02194

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) 02195

Comissões Mistas Especiais 02196

6 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) 02200

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) 02201

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011) 02102

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75

Acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea **e**:

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente

Deputado André Vargas
1º Vice-Presidente

Deputado Fábio Faria
2º Vice-Presidente

Deputado Marcio Bittar
1º Secretário

Deputado Simão Sessim
2º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa
3º Secretário

Deputado Biffi
4º Secretário

“Art. 150.....

VI –

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 15 de outubro de 2013.

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

Senadora Angela Portela
2ª Secretária

Senador Ciro Nogueira
3º Secretário

LEI Nº 12.866, DE 9 DE OUTUBRO DE 2013

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica.

Faço saber que a Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 624, de 2013, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Muni-

cípios, no valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 148.000.000,00 (cento e quarenta e oito milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2º decorrem de anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo III desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 9 de outubro de 2013. – 192º da Independência e 125º da República, Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ANEXO

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

								Crédito Extraordinário	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	VALOR	
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica						1.500.000.000	
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	0903 0003	Auxílio Financeiro aos Municípios						1.500.000.000	
28 845	0903 0003 6500	Auxílio Financeiro aos Municípios - Nacional (Crédito Extraordinário)						1.500.000.000	
			F	3	1	40	0	388	1.500.000.000
TOTAL - FISCAL								1.500.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								1.500.000.000	

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71117 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II**PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO)**

								Crédito Extraordinário	
								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							148.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0004	Subvenção Econômica aos Produtores Fornecedoros Independentes de Cana-de-Açúcar na Região Nordeste (MP nº 615, de 2013).							148.000.000
28 846	0909 0004 6500	Subvenção Econômica aos Produtores Fornecedoros Independentes de Cana-de-Açúcar na Região Nordeste (MP nº 615, de 2013). - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário)							148.000.000
			F	3	1	90	0	100	148.000.000
TOTAL - FISCAL								148.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								148.000.000	

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ANEXO III			Crédito Extraordinário							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								148.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
28 846	0909 001.1	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)							148.000.000	
28 846	0909 001.1 0001	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) - Nacional							148.000.000	
			F	3	1	91	0	100	148.000.000	
TOTAL – FISCAL									148.000.000	
TOTAL – SEGURIDADE									0	
TOTAL – GERAL									148.000.000	

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2013

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, incluído pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, constam do Anexo deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de setembro de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ANEXO

PARECER Nº 51, DE 2012-CN

Da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, sobre a Mensagem (CN) nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem), que encaminha, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, os textos da proposta de Política de Defesa Nacional (sic), da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional.

Relator: Senador **Jayme Campos**

I – Relatório

Nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 2010, a Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem), os textos da proposta de Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional.

A iniciativa, assim, atende ao disposto no § 3º art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999, recentemente reformada pelo Parlamento. De acordo com esse dispositivo:

Art. 9º
§ 3º O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:
I – a Política de Defesa Nacional;
II – a Estratégia Nacional de Defesa;
III – o Livro Branco de Defesa Nacional.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp136.htm – art1

Lida no Plenário do Congresso Nacional em 1º de agosto de 2012, a Mensagem foi distribuída à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) naquela data e, no dia 9 de agosto, designado este Senador para relatá-la.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos (EM) nº 181-MD/SAE, de 29 de junho de 2012, dos senhores Ministros de Estado da Defesa e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

A Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) são documentos de mais alta relevância e assinalam o compromisso do Estado brasileiro com os valores democráticos e a defesa de nossas instituições e de nossa sociedade. Eis, portanto, os importantes documentos que agora são submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

II – Análise

A Política Nacional de Defesa (PND), cujas versões anteriores tinham o nome de Política de Defesa Nacional (PDN), denominação, inclusive, constante da Lei Complementar nº 97, de 1999, é “o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa e tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional, com o envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional”.

Se a Política orienta o Estado no sentido de o que fazer, a Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelece como fazer o que se determinou na Política. Assinale-se que a END é “o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro”. Trata de questões “políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua ‘grande estratégia’ e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa”. Considera, ainda, “problemas propriamente militares, derivados da influência dessa ‘grande estratégia’ na orientação e nas práticas operacionais das três Forças”.

Já o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), trabalho inovador orientado de um debate com diversos segmentos da sociedade (apesar do Poder Legislativo ter sido legado a segundo plano em sua elaboração e na produção da nova Política e da nova Estratégia), constitui um documento de alta relevância para o País, que segue uma prática das grandes democracias, prática esta incentivada mesmo pela Organização das Nações Unidas. Compreende a visão do governo e de parte da sociedade sobre a Defesa Nacional do Brasil, sendo um documento de caráter público, por meio do qual “se permitirá o acesso à informação sobre o setor de Defesa do País”. Nele é apresentado o “contexto do atual ambiente estratégico internacional, descrevendo o instrumento militar existente, seu relacionamento com sociedade, futuras projeções para adequação e modernização dos meios militares e estreita ligação com a indústria de defesa”. Seus autores assinalam que o Livro Branco criará “novas oportunidades para o debate sobre Defesa Nacional”.

Nossa principal reticência no que diz respeito à matéria repousa no fato de que o Poder Legislativo não foi convidado a participar, de forma mais estrita e técnica, da produção desses documentos. Ora, entendemos aí uma falha do Poder Executivo que, apesar de ouvir segmentos da sociedade como o meio acadêmico para elaborar o texto da Política, da Estratégia e do Livro Branco, simplesmente desconsiderou as contribuições que poderiam vir do Congresso Nacional, ainda, repito para a elaboração. Certamente, o Legislativo possui corpo técnico qualificado para compor o Grupo de Trabalho que produziu os documentos e teria, não tenho dúvida, excelentes contribuições para o processo. De toda maneira, temos esses documentos agora em nossas mãos e buscaremos apreciá-los de forma acurada e atenta aos interesses nacionais.

Preliminarmente, convém destacar que o papel do Congresso Nacional nos assuntos de Defesa Nacional se reveste de grande importância. Isso se reflete não só no fato desta Casa e da Câmara dos Deputados serem palcos de grandes debates sobre o assunto, mas também pelas competências legislativas do Parlamento em aprovar leis referentes à Defesa e à Segurança Nacional e, sobretudo, fiscalizar o Executivo.

Nesse sentido, alertamos para a responsabilidade da tarefa ora em curso. Temos que nos pronunciar sobre a Política e a Estratégia que serão adotadas pelo Brasil para sua Defesa Nacional e sobre o Livro Branco produzido pelo Poder Executivo. Trata-se de processo sem precedentes nessa área, e revela a importância que deve ter o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, ao tratar de questões de Estado.

De fato, o grande precedente que temos foi a Política Nacional de Inteligência, que, de acordo com o art.

5º e o § 1º do art. 6º da Lei nº 9883, de 1999, deveria ser submetida à apreciação do Congresso Nacional antes de ser publicada pelo Presidente da República. Com esse objetivo, foi então enviada a Mensagem (CN) nº 198, de 2009 (Mensagem nº 997, de 09/12/2009, na origem) que, após analisada pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), foi apreciada e devolvida ao Poder Executivo com sugestões de alteração. Registre-se, não obstante, que até hoje não dispomos da referida Política, o que deixa a atividade de inteligência a serviço do Estado e da sociedade brasileiros em uma situação bastante fragilizada... Não compreendemos o porquê da inércia do Poder Executivo nessa matéria.

Tratemos um pouco da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, a CCAI. Essa Comissão, criada, como já disse, por determinação da Lei nº 9.883, de 1999, tem por função precípua fiscalizar e controlar os serviços secretos brasileiros, a nossa comunidade de inteligência. É o pleno exercício das funções da CCAI que garantirá que o Poder Legislativo esteja atento ao trabalho realizado pelos órgãos de inteligência, trabalho este tão relevante quanto sensível, exatamente por lidar com questões estratégicas e delicadas. Afinal, com uma CCAI em funcionamento, estaremos nós, Senadores e Deputados, seguros de que a comunidade de inteligência – e por consequência, o Poder Público – está atuando dentro de preceitos democráticos, em defesa do Estado e da sociedade, como deve ser.

De fato, sempre é bom registrar que democracia e atividade de inteligência são plenamente compatíveis, e que não há grande democracia no mundo que não disponha de seus serviços secretos eficientes e atuantes. Claro que regimes autoritários também podem dispor de órgãos de inteligência para defender o regime, como já aconteceu tantas vezes. Afinal, informação é poder. Entretanto, o que vai garantir que os serviços secretos atuem sob a égide de preceitos democráticos é exatamente o controle sobre eles exercido, particularmente, aquele de competência do Congresso Nacional.

Portanto, convém assinalar a grande relevância da CCAI para permitir ao Poder Legislativo exercer sua função precípua fiscalizadora. Uma CCAI forte e eficiente é a garantia de um controle efetivo sobre o Executivo em uma área das mais sensíveis.

Exatamente por ser o órgão de controle externo da Atividade de Inteligência e, em virtude do precedente da Política Nacional de Inteligência, é que foi encaminhada à CCAI a Mensagem nº 83, de 2012. Reitero a significativa importância da tarefa de apreciarmos a matéria, que compreende os mais elevados documentos da Defesa Nacional do Brasil e o reconhecimento, pelo Poder Executivo, da competência fiscalizadora

do Legislativo e das contribuições que do Congresso Nacional podem advir.

De toda maneira, entendemos que, para situações futuras, melhor seria que se organizasse, no âmbito do Congresso Nacional, um grupo de trabalho para analisar documentos de tamanha relevância, e que os mesmos sejam apreciados não por este Colegiado misto, mas pelas Casas do Parlamento por meio de suas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passemos às considerações sobre os três documentos. De maneira geral, deve-se destacar o mérito de seus elaboradores, pois atendem ao disposto na LC nº 97, de 1999. Percebe-se, de fato, trabalho hercúleo em sua produção, fruto do debate entre setores do Governo e alguns segmentos da sociedade, ainda que o Parlamento tenha sido olvidado. Reiteramos nossa crítica a essa conduta do Executivo.

A Política Nacional de Defesa (PND)

O “documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa”, a PND, volta-se essencialmente às ameaças externas e “estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional”. É o que dispõe a Introdução à PND.

Entendemos ser conveniente que se defina Poder Nacional na Política. Nesse sentido, fomos buscar a definição doutrinária concebida pela Escola Superior de Guerra (ESG), instituição tradicional que há décadas pensa e discute Segurança Nacional e Defesa no Brasil. De acordo com o *Manual Básico* daquela Escola, Poder Nacional deve ser entendido como *a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional*. O conceito assume grande relevância, pois convém que discutamos os objetivos nacionais da República Federativa do Brasil, ou seja, aqueles objetivos *que a Nação busca satisfazer, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, em determinada fase de sua evolução histórico-cultural*.

Quais são os objetivos nacionais de nosso País? Parece-nos que falta clareza na definição dos objetivos nacionais. De toda maneira, não é esta a tarefa da PND, mas de uma iniciativa maior a cargo do Congresso Nacional e do Poder Executivo. O que a PND faz é, corretamente, definir os objetivos nacionais de defesa. São eles:

I – garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;

II – defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

III – contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;

IV – contribuir para a estabilidade regional;

V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;

VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;

VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;

VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;

IX – desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;

X – estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;

XI – desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Estamos de acordo com esses objetivos. E entendemos que, para alcançá-los, necessitamos de uma estratégia bem definida e, acima de tudo, do fomento a uma cultura de defesa no seio da sociedade brasileira. Afinal, como bem assinala a PND, o Brasil encontra-se inserido em um meio regional em que, apesar da aparente atmosfera de tranquilidade, as ameaças continuam existindo (inclusive as não-tradicionais, as chamadas “novas ameaças”, como o crime organizado e o terrorismo). Isso, associado ao fato de estarmos em um ambiente global dinâmico, incerto e complexo, conduz-nos à necessidade de mais investimento e preparo na área de Defesa.

Sob a perspectiva de melhor conhecer o tema e fomentar uma mentalidade de Defesa, entendemos ser necessário clareza em alguns conceitos. Nesse sentido, entendemos que o termo “Segurança” definido na PND deve ser substituído por “Segurança Nacional”, de maior precisão. Afinal, desde 1988, um misto de preconceito e falta de conhecimento tem feito com que a expressão fosse eliminada, deixando um vazio conceitual que não foi (como não se poderia esperar que fosse) substituída por “Defesa Nacional”.

A PND assim define Defesa Nacional:

Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar,

para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Segurança, por sua vez, é entendida como:

(...) a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais;

Ora, mais importe é que seja acrescido o conceito de Segurança Nacional, entendido como a *sensação de garantia para a Nação, da conquista e manutenção dos seus objetivos fundamentais proporcionada pela aplicação do seu poder nacional*. Segurança Nacional compreende aspectos tanto de defesa externa (Defesa Nacional) quanto de segurança interna (quando ameaças são provenientes de pessoas ou organizações estabelecidas no interior do território de um país) e, ainda, temas relacionados a ameaças transnacionais, como o terrorismo.

Durante as últimas duas décadas, repetimos, houve negligência ao se tratar de Segurança Nacional no Brasil, exatamente por se associar o termo ao período militar. Ora, essa época já é passada, e está na hora da sociedade brasileira rediscutir o tema, sobretudo quando se desenvolvem diante de nós ameaças à Segurança Nacional do País, contra as quais o simples aparato de Defesa não pode fazer frente. Eis, portanto, nossa sugestão.

A PND traça um cenário geral do ambiente internacional e do entorno estratégico do Brasil. Nesse contexto global de conflito e incertezas, importante assinalar a necessidade do País estar preparado em termos de Defesa Nacional e que prioridades sejam estabelecidas. Uma vez que as Senhoras e os Senhores Parlamentares já têm conhecimento da PND, de seus objetivos e orientações, não os repetiremos neste Relatório. Destacamos, entretanto, a necessidade da integração entre civis e militares na promoção da cultura de Defesa Nacional e, mais ainda de Segurança Nacional. São temas que dizem respeito ao conjunto da sociedade brasileira.

Assinalamos, ainda, a busca de parcerias estratégicas, o fortalecimento dos setores espacial, cibernético e nuclear, essenciais para a Defesa do País. Requer-se, nesse sentido, que se faça um adequado planejamento para aprimorar esses campos, estimulando-se a indústria nacional de Defesa e alocando-se recursos adequados para o setor. Vemos aqui espaço para observar os problemas relacionados às restrições orçamentárias para a Defesa e para as Forças Armadas. A capacidade defensiva encontra-se muito aquém das dimensões e pretensões do

Brasil e isso não pode perdurar. Cito os exemplos de nossos programas nuclear e espacial, atrasados pelas restrições orçamentárias, e, ainda, a situação vexatória em que se encontra o Programa FX-2, de aquisição dos caças de superioridade aérea, o qual vem sendo postergado por mais de uma década, de modo que, a partir de 2014, se nada for feito, o País sofrerá muito em sua capacidade defensiva, já que nossas aeronaves Mirage 2000 estarão inoperantes, incapazes de voar.

Sobre a PND afirmamos, portanto, que maior participação do Congresso Nacional deve ocorrer, tanto em sua elaboração quanto na fiscalização do Poder Executivo no que concerne às medidas adotadas para garantir Segurança e Desenvolvimento, essenciais à nossa Defesa Nacional. Não podemos ficar alheios a matéria de tamanha relevância.

A Estratégia Nacional de Defesa (END)

Se a PND estabelece os objetivos da Defesa e o que fazer para alcançá-los, a END dispõe sobre como fazê-lo. Não ficaremos aqui tampouco a repetir o texto deste documento, mas convém que façamos algumas observações específicas a seu respeito.

III – Conclusão

Diante do exposto, ainda que entendamos que não cabe ao Congresso Nacional aprovar a PND, a END e o LBDN, mas sim apreciá-los, apresentando-se sugestões, e por estarmos seguros de que tais documentos devam ser apreciados pelo Congresso Nacional em sua totalidade, concluímos pela apresentação do presente Decreto Legislativo, ao qual será anexado o texto deste Relatório com nossas recomendações:

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2012

Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17/07/2012, na origem).

Art. 2º As recomendações apresentadas pelo Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 9º da

Lei Complementar nº 136, de 2010, constam do Anexo a este Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – , Presidente, Relator.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 53, DE 2013

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que “*dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências*”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Senador Luiz Henrique, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga cedida pela Liderança do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), nos termos dos Ofícios nºs 167/2013-BLUFOR, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e GLPMDB 266/2013, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 26 de setembro de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 54, DE 2013

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que “*dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências*”, e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução,

Resolve:

Art. 1º Designar o Senador Gim, na condição de membro suplente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), nos termos dos ofícios GLPMDB nºs 260 e 265, de 2013, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria; e nº 168/2013-BLUFOR, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 26 de setembro de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 55, DE 2013**

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 617, de 31 de maio de 2013, que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de setembro do corrente ano.

Congresso Nacional, 1º de outubro de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**ATO DO PRESIDENTE DA MESA
DO CONGRESSO NACIONAL Nº 56, DE 2013**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 624**, de 14 de agosto de 2013, publicada no *Diário Oficial da União* no dia 15, do mesmo mês e ano, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 2 de outubro de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

**ATO CONJUNTO Nº 9, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL
E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Prorroga o prazo da Comissão Mista constituída pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, para conclusão dos trabalhos.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições regimentais,
Resolvem:

Art. 1º Fica prorrogado até o final da presente sessão legislativa o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 26 de setembro de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

**ATO CONJUNTO Nº 10, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL
E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Designa integrantes e cria vagas de suplentes na Comissão Mista constituída pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições regimentais,

Resolvem:

Art. 1º Ficam criadas vagas de suplentes na Comissão estabelecida pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, em igual número às de titulares.

Art. 2º Fica designada a Senadora Ana Amélia para integrar a referida Comissão como titular.

Art. 3º Ficam designados a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka para integrarem, como suplentes, a Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 26 de setembro de 2013.

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

Ata da 23ª Sessão Conjunta (Solene), em 15 de outubro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 13 horas e 56 minutos e encerra-se às 14 horas e 54 minutos no plenário do senado federal)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 75/2013, oriunda da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98, de 2007, na Câmara dos Deputados), que acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais e literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Eu tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Ex^{mo} Deputado Federal Otavio Leite, que é o primeiro subscritor dessa proposta de emenda à Constituição. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado da Cultura, Senadora Marta Suplicy. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa o Líder da Bancada do PMDB, Senador Eunício Oliveira. *(Palmas.)*

E convido para compor a Mesa também o Relator da matéria no Senado, Senador Inácio Arruda. *(Palmas.)*

Convido também para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Deputado José Otávio Germano, Relator da proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Convido para compor a Mesa, representando os artistas, Raimundo Fagner. *(Palmas.)*

Registro, com muita satisfação, a presença entre nós do Deputado Marco Maia, ex-Presidente da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Como Presidente da Câmara, ele criou condições, naquele momento, para que a Câmara pudesse apreciar esta importante Proposta de Emenda à Constitui-

ção, o que foi fundamental para que nós votássemos a matéria também aqui, no Senado.

Registro também, com muita satisfação, a presença da Deputada Jandira Feghali, que, em todos os momentos, trabalhou para que esta promulgação acontecesse e é Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será interpretado por Célia Porto, acompanhada ao teclado pelo Maestro Rênio Quintas.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Encontram-se sobre a mesa os autógrafos da Emenda Constitucional. Foram preparados cinco exemplares, destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. 2º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, Deputado Simão Sessim, fará a leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional e, em seguida, proceder-se-á às assinaturas.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP – RJ) – Emenda Constitucional nº 75.

Acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea e:

Art. 150.....
VI –

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de outubro de 2013.

Assinam os membros da Mesa da Câmara dos Deputados e os membros da Mesa do Senado Federal. Está lida e promulgada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Assino, neste momento, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e com os demais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Emenda Constitucional nº 75, de 2013. (*Palmas.*)

Solicito a todos que se coloquem em posição de respeito.

Nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 75, de 2013. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite, primeiro subscritor dessa Proposta de Emenda à Constituição.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^{os} Srs. Presidentes, Senador Renan e Deputado Henrique Alves, Deputado Marco Maia, minhas senhoras, meus senhores, todos que estão presentes, nós estamos, neste momento, de uma maneira muito solene, muito especial, muito nobre, culminando um processo legislativo.

O Parlamento brasileiro deu um ponto final no processo legislativo e introduziu na Constituição uma regra nova em defesa da cultura nacional, em especial em defesa da música brasileira, dos músicos brasileiros, dos profissionais da música brasileira, que têm ao seu lado também em seu bojo todo o ingrediente de massa econômica, de massa cultural, que são formidáveis para o nosso cotidiano, a nossa existência.

Eu devo dizer que só foi possível – e aqui o faço na qualidade de autor da proposta – alcançarmos essa peregrinação de seis anos, com vitória assegurada, por uma única exclusiva razão, aliás, duas. A primeira delas é que a articulação política, que é própria do Parlamento, se deu numa estatura e numa dimensão superiores, em caráter suprapartidário. Foram vários os signatários coautores da proposta provenientes das mais variadas agremiações, representando vários lugares e regiões de nosso País. Em segundo lugar, a bandeira maior da música brasileira, que foi capaz de promover um nível de mobilização durante seis árduos anos –árduos anos, sublinho – porque foram diversas as etapas difíceis que tiveram de ser ultrapassadas, mas só o foram por conta dessa belíssima e memorável articulação e mobilização dos profissionais, dos artistas brasileiros, aqui representados.

Foram muitos, foram dezenas e dezenas, não apenas os que aqui vieram, como as reuniões que aconteceram, seja na Câmara, seja no Senado, mas todos aqui, representados por Raimundo Fagner, este baluarte da música brasileira, Rosemary, Sandra de Sá. (*Palmas.*)

Vejo também, enfim, no campo dos profissionais da música, representando muitos que lutam para produzir música no Brasil, Carlos Andrade, e tantos outros que eu poderia aqui sair até incorrendo em equívocos, por lapsos que não seriam meritórios.

Essencialmente, eu queria compartilhar com todos vocês essa imensa alegria, Presidente. Afinal de contas, nós estamos criando, pela primeira vez, um instrumento concreto para que o povo brasileiro, na ponta, possa comprar, consumir em mais escala e mais barato música brasileira. Isso não tem valor.

Por isso que só a Constituição poderia dar uma resposta a isso. Foram muitos os que se dedicaram a essa bandeira. Vários Parlamentares, seja no âmbito da Câmara, o Deputado Marco Maia, a Deputada Jandira Feghali, em todos os instantes, presentes, aqui no Senado, intervenções que foram estratégicas, de vários Senadores, sem as quais, eu acho que o processo não teria avançado.

Evidentemente, sublinhando, ressaltando a compreensão e a adesão ideológica para a causa do Presidente Renan, mas o Senador Inácio, o Senador Eunício foram fundamentais nesse processo; a Senadora Ana Amélia, em determinado instante, cobrou a inclusão na pauta; o Senador Jorge Viana, o Senador Vital do Rêgo, o Senador Mário Couto e tantos outros aqui; o Senador Flexa Ribeiro também lutou por essa bandeira; são vários e vários; o Senador Pimentel. Houve um uníssono. E é isso que tem de ser festejado. É possível

construirmos regras jurídicas no Brasil que ultrapassem o interesse eleitoral, que ultrapassem o interesse partidário mais imediato, que apenas transbordam de interpretar, e bem interpretar, os legítimos interesses de segmentos da sociedade brasileira. E a música brasileira merece isso. Estamos, portanto, oferecendo essa contribuição.

Eu, em especial, estou muito orgulhoso, muito satisfeito, muito feliz. Que sirva para todos nós, independentemente do partido político, esse resultado, que devemos todos aplaudir, não como o reconhecimento de uma vitória bonita, mas como algo que signifique fonte de inspiração para prosseguirmos essa caminhada em defesa da cultura nacional, da música brasileira.

Assim, despeço-me, agradecendo muito a oportunidade destas palavras, com uma confissão. Em nenhum instante falei isso; vou falar agora – permita-me, Sr. Presidente. Lá para as tantas, em tempos idos da minha vida, eu queria ser piloto de avião. Não era bem o caminho, e fui fazer um teste vocacional: 500 perguntas me foram aplicadas. Qual foi o resultado do teste vocacional? Deu música! (*Palmas.*)

Não toco nada, mas sou bom de ouvir qualquer coisa, e estou muito feliz por, aqui, com todos vocês, compartilhar desse belo cântico que estamos reverberando pelo Brasil afora, para aquele que está escondido em qualquer canto do Brasil. Uma oportunidade está sendo gerada para que ele comercialize a sua música diretamente, na Internet, na telefonia, ou venda o seu CD sem nenhum imposto. É um grande avanço. Vamos à frente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos os presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra à Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY – Prezado Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros; Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; 2º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Simão Sessim; autor da proposta de emenda à Constituição, Deputado Federal Otávio Leite, que disse belas palavras, com muito significado, em relação a que a União faz a força. E na Cultura tem sido assim mesmo.

Também quero saudar o Relator da PEC nº 123/2011, PEC da Música, Senador Eunício Oliveira; Relator da PEC nº 123/2011, PEC da Música, Senador Romero Jucá; mesma PEC, o Senador Inácio Arruda; e o Relator da PEC nº 98/2007, Deputado Federal José Otávio Germano. Quero saudar também a Presidente

da Comissão de Cultura, Deputada Federal Jandira Feghali, que também foi uma leoa nessa aprovação; também saudar o ex-Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, que é da música – foi o primeiro convite aceito fora de Brasília, assim que me tornei Ministra, e agora irei novamente a Canela, segunda-feira. (*Palmas.*) E também saudar o cantor Raimundo Fagner, em nome de quem saúdo todos os artistas aqui presentes. A gente sabe que é muito difícil vir a Brasília, pegar avião, estar aqui, mas é muito importante essa presença porque fala da presença dos interessados diretamente, que é a classe musical. E todos nós gostamos de ouvir também, para comprar os produtos musicais com outro preço, que é isso que a gente espera.

Neste ano, tenho que começar esta fala, Presidente, agradecendo nosso Legislativo e, principalmente os colegas Senadores, Deputados, porque às questões da cultura, só tenho a agradecer aqui, são todos sensíveis. Não sei se é como disse o Deputado: há uma união, é um assunto que vai suprapartidariamente, as pessoas percebem, ficam sensibilizadas. Quero agradecer porque, desde que entramos no Ministério, tivemos muitas aprovações importantes, entre as quais eu destacaria o Vale-Cultura, e, agora, a PEC da Música, que vai ter um impacto muito grande na produção cultural e na produção musical do nosso País.

Por isso, hoje é realmente um dia histórico para quem cria música, para os envolvidos na gravação da música e, sobretudo, como eu dizia, o consumidor final, que vai ter acesso a um produto com custo muito menor, com isenção do ICMS, do IPI, que é o que essa PEC propõe. Ela faz uma equiparação tributária entre a produção musical brasileira de outros produtos culturais, como livros e revistas, o que é muito justo.

A música vendida na *web* e nos celulares também vai poder ficar mais barata graças a essa PEC, vai ampliar o uso desses suportes tão representativos do século XXI, colocando a produção musical brasileira em condições muito melhores de disputa, principalmente essa parte, que eu digo que é o presente, mas é o futuro também. Isso vai nos colocar no páreo.

Uma grande cantora brasileira que esteve aqui, a Marisa Monte, disse: “Eu me sinto agora equiparada, como artista brasileira, a um artista estrangeiro, pois, atualmente, os estrangeiros têm muito mais benefícios fiscais do que os brasileiros.”

Então, ganhamos agora também em competitividade. Mais empresas distribuidoras de discos e plataformas digitais devem surgir com a PEC e a produção independente deve ser fortalecida. É uma emenda importante porque está bem na diretriz do que temos

tentado fazer no MEC, que é a democratização e o acesso aos bens culturais.

Agora, somando-se à iniciativa do vale-cultura – que vocês já devem ter visto um pouco na TV e nas revistas o que vai ser –, temos certeza de que CDs e DVDs com menos imposto, provavelmente, vão vender ainda mais do que o Vale-Cultura. Vai ser uma injeção de recursos na economia bastante grande. Não tenho nenhuma ilusão de que, neste ano, já vamos bombar, e estamos apenas começando. No ano que vem, esse Vale-Cultura vai estourar, porque o ano que vem já está entrando na programação das empresas. Mas, de qualquer jeito, alguns acordos coletivos como o dos bancos, que colocaram o Vale-Cultura – e os bancos têm uma capilaridade grande. No Brasil inteiro, não há um lugar que se vá que não tenha um Banco do Brasil, uma Caixa Econômica, e isso vai também ajudar a pôr muito recurso na cultura, principalmente aqueles que sonham em ir a um *show* musical, a um museu, a um teatro. Aliás, do que pesquisamos, é aonde as pessoas mais têm fantasia de ir. Então, acredito que tudo isso vai ter um impacto sensacional para a cultura.

Quero dar parabéns a todos os presentes que foram citados como importantes aqui para conseguir essa aprovação. E que a nossa música caminhe muito mais rápido e venda muito mais *shows* e produção cultural, com a aprovação dessa emenda.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN) – Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado, Renan Calheiros; Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, nosso companheiro Deputado Simão Sessim; autor da emenda constitucional – um grande abraço e parabéns pelo mérito de toda essa luta –, Deputado Federal Otavio Leite; relatores da PEC em suas diversas fases no Senado, Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá, Inácio Arruda, e, na Câmara, Deputado José Otávio Germano; Ministra da Cultura Marta Suplicy; cantor Sr. Raimundo Fagner; Deputada Jandira Feghali, que preside com tanto brilho a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados; ex-Presidente, o responsável talvez maior na Câmara dos Deputados por este êxito alcançado hoje aqui, querido Deputado Marco Maia; demais convidados, que são tantos, o que mostra a importância deste ato do Congresso Nacional; Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, Sr^a Angela Nascimento; Presidente do Conselho de Cultura do Rio de Janeiro,

Sr. Ricardo Cravo Albin; Presidente do Sindicato dos Músicos do Distrito Federal, Sr. Lourinroosevelt Alves Pedrosa; representante da Associação Brasileira de Música Independente, Gustavo Vasconcellos; músico e cineasta André Luiz Oliveira; cantora Célia Porto, que nos brilha com a emocionante interpretação do Hino Nacional; produtor cultural, Sr. Carlos Andrade; tecladista Felipe Portilho; cantora e produtora cultural Geórgia W. Alô; músico, Sr. Jaime Mendonça de Martins; saxofonista Jonas Campelo; cantora Nanã Catalão; músico percussionista Renato Matos; maestro Renio Quintas; cantora Rosemary, dos nossos tempos – não é, Renan? –; cantora Sandra de Sá; Professora de literatura e teoria literária da Universidade de Brasília, Sr^a Sylvia Helena Cyntrão; cantor José Henrique; artistas negros de *hip hop*, Negra Lee, Max B.O., Flora Matos e GOG. É uma das sessões mais prestigiadas do Congresso Nacional por tantos ilustres representantes da música brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores Deputados e Senadores aqui presentes, que vão chegando e se incorporando a esta sessão, sentindo-se todos nominados por nós nesta oportunidade. Agradecemos a presença e a honra de todos estarem aqui nesta hora histórica do Congresso Nacional.

Precisamos louvar não só o mérito da proposta, mas também reconhecer a importância da participação, no processo de sua elaboração, de vários cidadãos envolvidos com o tema, participação essa que é condição inarredável em um sistema verdadeiramente democrático, que aqui se prova nesta Casa e assim se constrói no Congresso Nacional.

Em decorrência disso, vem à luz a emenda constitucional que concede isenção tributária na produção de CDs, DVDs e mídias digitais produzidos no Brasil ou interpretados por músicos brasileiros em qualquer suporte (CD, MP3, celulares, internet).

Após seis longos anos de tramitação, aquela que ficou conhecida como a PEC da Música transmuta-se em norma legal, oferecendo a esse meio de expressão cultural! tratamento similar dispensado, desde a edição da Carta Magna, em 88, a livros, revistas e periódicos e ao papel utilizado na impressão desses itens.

Trata-se de medida que resultará em grandes benefícios aos profissionais da música, a exemplo de cantores, compositores, instrumentistas, técnicos de som, produtores independentes, bem como de empregados da indústria fonográfica, desde as pequenas até as grandes gravadoras, que deverão gerar mais postos de trabalho, certamente. Considerando que a carga tributária sobre a venda física ou digital relacionada à música alcança impressionantes 30% do preço cobra-

do do consumidor final, nada mais justo do que rever esse patamar sobre atividade cultural tão relevante, e não por benesse.

Na verdade, trata-se de reconhecer que, segundo o modelo até agora vigente, a música estrangeira, atrelada a gravadoras multinacionais, acaba pagando menos impostos do que a música de artistas nacionais, sobretudo os de menor projeção.

Esse é o contexto, por exemplo, de nichos do mercado brasileiro como o de música instrumental, independente, religiosa, folclórica, porque, dirigidos a públicos mais específicos, não alcançam distribuição em larga escala.

De outro ângulo, a emenda constitucional que ora promulgamos será eficaz instrumento no combate à reprodução ilegal de discos, o flagelo popularmente conhecido por “pirataria”.

A partir de agora, a dura carga tributária imposta à indústria fonográfica sai de cena, cedendo o palco à imunidade tributária, que certamente se traduzirá no barateamento do produto final, pois deixarão de ser cobrados os impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre Serviços (ISS) e sobre Operações Financeiras (IOF).

Senhoras e senhores, especialistas do setor apontam que nossa indústria fonográfica já ocupou a quinta colocação no *ranking* mundial, hoje é a décima segunda; já faturou mais de um US\$ 1bilhão anuais e, hoje, não ultrapassa receita de US\$300 milhões.

Aos que, porventura, tentem questionar a nova medida sob o argumento de que a imunidade adotada prejudicará o País, esclareça-se que a atual arrecadação de tributos sobre o produto fonográfico representa menos de 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

E aos que vaticinam decorrente eliminação de empregos, responda-se que o incremento do mercado virtual aquecerá a demanda por mídias exatamente para o armazenamento dos conteúdos.

Dessa ótica, e em termos quantitativos, a redução de arrecadação terá impacto absolutamente absorvível na atual trajetória do desenvolvimento nacional, em crescente expansão.

Em contrapartida, é preciso considerar como essa medida se refletirá na vida de milhares de artistas – em especial, os independentes –, injustamente postos de lado pela ferocidade inerente ao mercado de produção e distribuição musical.

As cortinas se abrem para que sejam valorizados os cidadãos e cidadãs que se dedicam à composição, produção e distribuição do que temos de mais genuíno, rico, multifacetado e caudaloso em termos musicais.

Quicá – e certamente – gravadoras sejam novamente despertadas para a música brasileira como produto em que vale a pena investir, de modo a colocá-la em posição de ombrear com a música estrangeira, não por meio de reprovável postura xenófoba, mas de sensata valorização de seu alto valor qualitativo reconhecido no mundo inteiro.

Encerro este pronunciamento, dando boas-vindas à emenda constitucional nesta ocasião promulgada, não sem antes parabenizar seu mentor principal, Deputado Otávio Leite, que, com toda a Casa – a Câmara e o Senado, com a participação de Deputados e Senadores (*Palmas.*) –, incessantemente trabalhou por sua aprovação, tendo sempre clara a dimensão suprapartidária da proposta, de inegável relevância para toda a sociedade brasileira.

Hoje mais do nunca soou muito bem aos nossos ouvidos a música brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; Segundo-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, Deputado Simão Sessim; primeiro signatário da proposta de emenda constitucional, Deputado Federal Otavio Leite; Exm^o Senador Eunício Oliveira, Relator da PEC 123, PEC da Música, no Senado Federal; Exm^o Senador Romero Jucá; Exm^o Senador Inácio Arruda, também Relator da PEC; o Senador Romero Jucá, também Relator da PEC em outra Comissão do Senado Federal; Exm^o Deputado José Otavio Germano, também Relator da PEC da Música na Câmara dos Deputados; Exm^a Ministra de Estado da Cultura, Senadora Marta Suplicy; Raimundo Fagner e, cumprimentando a Deputada Jandira Feghali, Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, e, em cumprimentando o ex-Presidente da Câmara dos Deputados Deputado Marcos Maia, eu quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas presentes.

Há duas semanas o Senado Federal concluiu a votação da chamada PEC da Música. Vale salientar que a Emenda foi aprovada pela expressiva maioria dos Senadores – 61 votos favoráveis – e traduz a vontade dos artistas brasileiros que aqui compareceram e comparecem para pedir a aprovação da Emenda.

Entre eles, eu gostaria de citar a Marisa Monte, Sandra de Sá, Rosemary, Ivan Lins, Lenine, Fagner, Léo Jaime, Paula Lavigne, Xande, vocalista do grupo Revelação, Léo Esteves, Dado Villa-Lobos, Carlão, Francis Hime, Olivia Hime, Tim Rescala, Kleiton, Du Oliveira, Renio Quintas, Sthel Nogueira, Catalão, MC Federado, os Leleks e Frank Aguiar.

Ainda estiveram presentes no Senado durante a votação do Ecad e também colaboraram, pediram, insistiram na PEC da Música Roberto Carlos, Caetano Veloso, Erasmo Carlos, Alexandre Pires, Carlinhos Brown, Carlos Mills, Dudu Falcão, Emicida, Fafá de Belém, Felipe Radicetti, Fernanda Abreu, Frejat, Lenine, Nando Reis, Gaby Amarantos, Jorge Vercillo, Jota Quest, Leoni, Márcio Vitor, Max Viana, Péricles, Pretinho da Serrinha, Roberta Miranda, Rogério Flausino, Tiaguinho, entre tantos outros.

Hoje mesmo, nós estamos recebendo aqui, e o Presidente da Câmara dos Deputados já teve oportunidade de citá-los, artistas negros – Hip Hop, Negra Li, Max B.O., Flora Matos, GOG, entre outros.

A emenda introduz na Constituição Federal a imunidade de impostos na produção e venda de CDs e DVDs e até mesmo de arquivos digitais obtidos por meio de arquivos baixados na internet.

A proposta corrige, como todos sabem, uma injustiça tributária que permite que artistas estrangeiros acabem pagando menos impostos que artistas independentes brasileiros.

A emenda também irá promover uma redução dos preços de CDs e DVDs de música brasileira, permitindo, assim, maior acesso à música pela sociedade.

Segundo estimativas do próprio setor, os preços poderão cair entre 30 e 40%. A proposta é também um instrumento importante, importantíssimo para revitalizar a indústria fonográfica, seriamente prejudicada pela pirataria.

Eu me recordo – e me permitam aqui citar um fato – de que, quando eu era Ministro da Justiça, o Presidente Fernando Henrique Cardoso me chamou, certo dia, e pediu a mim um combate mais efetivo contra a pirataria. Nós fomos a vários Estados com a Polícia Federal – vários Estados –, realizamos flagrantes, prisões, fizemos autuações, apreensões de milhões de mídias piratas, mas, naquela oportunidade, eu me convenci de que a ação policial, a repressão, apesar de muito importante, exigiria também mudanças na Constituição Federal, como estamos fazendo exatamente agora – mudanças para baratear os custos dos CDs e dos DVDs.

A proposta ainda abre as portas a milhares de artistas que hoje se veem à margem da indústria por não terem acesso a pontos de vendas formais ou mesmo a possibilidade de distribuição de seus produtos independentes e autoproduzidos.

A indústria fonográfica brasileira, como disse aqui o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, já foi a quinta maior do mundo e, hoje, é apenas a 12ª. A música brasileira já representou

85% do consumo de música no País, e hoje representa pouco mais de 70%, e continuava caindo.

Esse mercado já somou faturamentos de mais de US\$1 bilhão anuais e, hoje, fatura pouco mais de R\$300 milhões.

A arrecadação de tributos sobre o produto fonográfico, hoje, representa menos de 0,01% do Produto Interno Bruto tributário do Brasil.

Portanto, antes de ser uma discriminação, como alguns disseram, e como alguns alegaram, esta é uma medida de estímulo à produção e à difusão cultural brasileira, que precisa ser implementada integralmente. Os artistas fizeram a sua parte e o Congresso Nacional também fez a sua parte.

Antes de encerrar, eu gostaria, mais uma vez, de destacar o papel da Senadora Marta Suplicy, que é hoje Ministra de Estado da Cultura (*Palmas.*), que em todos os momentos trabalhou para que esta promulgação acontecesse. Aliás, nós estamos, com muita satisfação, do ponto de vista do Senado e do Congresso Nacional, cuidando de uma agenda cultural, que começou com a transparência do Ecad e também com a própria investigação do Ecad e, depois, aprovamos o Vale-Cultura, Pontos de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura e, agora, a PEC da Música.

Para não desafinar, é imperioso que a indústria, as gravadoras repassem a isenção tributária para o preço final dos produtos, fazendo com que eles fiquem mais baratos, fiquem mais acessíveis. (*Palmas.*)

Nós vamos ouvir agora, antes de encerrar, a canção Cidade Nua, composição e música do maestro Renio Quintas, interpretada por Célia Porto e acompanhada pelo Maestro Renio Quintas ao teclado. Em seguida, nós vamos ouvir também a Ave Maria, composição de Jaime Redondo, interpretada por Rosemary, acompanhada por Felipe Portilho ao teclado, e Jonas Campelo ao saxofone.

(Procede-se à execução da música Cidade Nua.)

(Cont. execução da música Cidade Nua.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Nós vamos ouvir agora *Ave Maria*, composição de Jayme Redondo, interpretada por Rosemary, acompanhada por Felipe Porfírio, ao teclado, e Jonas Campelo, ao saxofone.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria. PMDB – AL) – Para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Estão me chamando na Câmara para definir a pauta. Mas, com esta pauta musical, não vou sair daqui. Não saio daqui a tarde toda.

(Procede-se à execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos ouvir agora Oração de São Francisco, a pedido do Senador Eunício, em nome de todos nós. Raimundo Fagner. *(Palmas.)*

O SR. RAIMUNDO FAGNER – Primeiro, Presidente, muito obrigado a todos os políticos que se envolveram nesta nossa causa, desde Marco Maia nos recebendo, José Pimentel – no começo, ainda era Ministro –, todos que nos receberam com muito carinho, com muita atenção. Especialmente, eu gostaria de agradecer à nossa bancada do Ceará: Eunício, Inácio, Pimentel e todos aqueles que nos receberam aqui para uma luta de titãs, uma luta muito forte. Mas a música faz parte da vida. Meu irmãozinho Jorge Viana também sempre foi muito presente.

A música faz parte da nossa vida. O Congresso, a política brasileira jamais poderia virar as costas para uma causa tão importante e tão emergente da qual a gente precisava. *(Palmas.)*

Então, este agradecimento fraterno e dizer que a música agradece e abraça todos aqueles que nos apoiaram ao longo desses anos.

Para encerrar, a pedido do meu irmãozinho Eunício, nós vamos cantar *Ave Maria*. Vocês cantem comigo, porque eu estou *a capella* e os meninos... É *Oração de São Francisco*? Falaram do violão, mas não veio. Vamos ver o que rola aqui. Todos juntos, vamos lá.

(Procede-se à execução da música.)

O SR. RAIMUNDO FAGNER – Muito obrigado! Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A Presidência agradece a todos que nos honraram com suas presenças hoje, no Senado Federal e no Congresso Nacional, no momento em que promulgamos essa importante proposta de emenda à Constituição.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 54 minutos.)

Ata da 24ª Sessão Conjunta, em 15 de outubro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Andre Vargas

*(Inicia-se a sessão às 19 horas e 44 minutos
e encerra-se às 21 horas e 1 minuto)*

É o seguinte o registro de comparecimento
das Sras e dos Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

54ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

24ª SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL ÀS 19 HORAS

Período : 15/10/13 07:00 até 15/10/13 21:07

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X

PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 76 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento
das Sr^{as} e dos Srs. Deputados:

Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 21/10/2013

Hora: 17:59

54ª LEGISLATURA**TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA****SESSÃO CONJUNTA Nº 024 - 15/10/2013**

Início : 15/10/2013 19:45

Fim : 16/10/2013 21:01

Total de Presentes : 467

	Partido	Bloco
RORAIMA		
001 - Berinho Bantim	SDD	
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrpPhs
002 - Edio Lopes	PMDB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM	
616 - Urzeni Rocha	PSD	
Presentes Roraima: 6		
AMAPÁ		
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	SDD	
Presentes Amapá: 5		
PARÁ		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
019 - Beto Faro	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PROS	
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
026 - José Priante	PMDB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrpPhs
035 - Miriquinho Batista	PT	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
Presentes Pará: 12		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PSD	
037 - Carlos Souza	PSD	
605 - Dr. Luiz Fernando	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
633 - Plínio Valério	PSDB	
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 6		

	Partido	Bloco
RONDONIA		
642 - Amir Lando	PMDB	
615 - Anselmo da Jesus	PT	
044 - Carlos Magno	PP	
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondonia: 8		
ACRE		
053 - Antônia Lúcia	PSC	
054 - Flaviano Melo	PMDB	
055 - Gladson Cameli	PP	
052 - Henrique Afonso	PV	
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 8		
TOCANTINS		
061 - Ângelo Agnolin	PDT	
064 - César Halum	PRB	
060 - Eduardo Gomes	SDD	
065 - Irajá Abreu	PSD	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 8		
MARANHÃO		
071 - Alberto Filho	PMDB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrpPhs
072 - Domingos Dutra	SDD	
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
076 - Hélio Santos	PSD	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrpPhs
078 - Nice Lobão	PSD	
082 - Pedro Novais	PMDB	
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplicio Araújo	SDD	
084 - Waldir Maranhão	PP	
579 - Weverton Rocha	PDT	
Presentes Maranhão: 17		

	Partido	Bloco
CEARÁ		
087 - Anibal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PROS	
092 - Ariosto Holanda	PROS	
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	SDD	
592 - Gera Arruda	PMDB	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrpPhs
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
630 - Paulo Henrique Lustosa	PP	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	
Presentes Ceará: 20		
PIAUI		
111 - Assis Carvalho	PT	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marllós Sampaio	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	
Presentes Piauí: 10		
RIO GRANDE DO NORTE		
122 - Betinho Rosado	PP	
119 - Fábio Faria	PSD	
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
126 - Paulo Wagner	PV	
125 - Sandra Rosado	PSB	
Presentes Rio Grande do Norte: 7		
PARAÍBA		
131 - Benjamin Maranhão	SDD	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
586 - Leonardo Gadelha	PSC	

	Partido	Bloco
PARAÍBA		
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrpPhs
139 - Wilson Filho	PTB	
Presentes Paraíba: 12		
PERNAMBUCO		
142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtdobPrpPhs
144 - Augusto Coutinho	SDD	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Corte Real	PTB	
151 - José Augusto Maia	PROS	
147 - José Chaves	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	
157 - Roberto Teixeira	PP	
580 - Severino Ninho	PSB	
160 - Silvio Costa	PSC	
555 - Vilalba	PP	
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 22		
ALAGOAS		
596 - Alexandre Toledo	PSB	
162 - Arthur Lira	PP	
607 - Francisco Tenório	PMN	
166 - Givaldo Carimbão	PROS	
167 - João Lyra	PSD	
168 - Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrpPhs
608 - Paulão	PT	
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrpPhs
Presentes Alagoas: 9		
SERGIPE		
173 - Almeida Lima	PMDB	
174 - Andre Moura	PSC	
619 - Fabio Reis	PMDB	
177 - Márcio Macêdo	PT	

	Partido	Bloco
SERGIPE		
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 6		
BAHIA		
522 - Acelino Popó	PRB	
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
186 - Claudio Cajado	DEM	
622 - Colbert Martins	PMDB	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
199 - João Leão	PP	
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrpPhs
202 - Josias Gomes	PT	
206 - Jutahy Junior	PSDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	SDD	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	SDD	
210 - Mário Negromonte	PP	
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 34		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PROS	
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrpPhs
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrpPhs
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrpPhs
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	
233 - Domingos Sávio	PSDB	

	Partido	Bloco
MINAS GERAIS		
235 - Dr. Grilo	SDD	
237 - Eduardo Azeredo	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
238 - Fábio Ramalho	PV	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
604 - Isaías Silvestre	PSB	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - João Moraes	PCdoB	
531 - João Bittar	DEM	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PHS	PrPtdobPrpPhs
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrpPhs
256 - Luiz Fernando Faria	PP	
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
258 - Newton Cardoso	PMDB	
611 - Nilmário Miranda	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
612 - Renato Andrade	PP	
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	
271 - Zé Silva	SDD	
Presentes Minas Gerais: 43		
ESPÍRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
275 - Manato	SDD	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 9		
RIO DE JANEIRO		

	Partido	Bloco
RIO DE JANEIRO		
287 - Alessandro Molon	PT	
285 - Alexandre Santos	PMDB	
321 - Alfredo Sirkis	PSB	
283 - Andreia Zito	PSDB	
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrpPhs
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
291 - Benedita da Silva	PT	
632 - Celso Jacob	PMDB	
295 - Chico Alencar	PSOL	
562 - Deley	PTB	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrpPhs
529 - Dr. Carlos Alberto	PMN	
296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrpPhs
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
613 - Eurico Júnior	PV	
301 - Felipe Bornier	PSD	
623 - Fernando Lopes	PMDB	
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	
302 - Jair Bolsonaro	PP	
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
310 - Jorge Bittar	PT	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Neca	PR	PrPtdobPrpPhs
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	
316 - Otavio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrpPhs
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	
323 - Stepan Nercessian	PPS	
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrpPhs
Presentes Rio de Janeiro: 41		
SÃO PAULO		
329 - Abelardo Camarinha	PSB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
330 - Aline Corrêa	PP	
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlinda Chinaglia	PT	

	Partido	Bloco
SÃO PAULO		
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
541 - Dr. Ubiali	PSB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
361 - João Paulo Cunha	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
366 - Mara Gabrielli	PSDB	
368 - Márcio França	PSB	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrpPhs
375 - Missionário José Olímpio	PP	
381 - Nelson Markezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrpPhs
373 - Paulo Maluf	PP	
372 - Paulo Pereira da Silva	SDD	
376 - Paulo Telxeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	
386 - Roberto Santiago	PSD	
391 - Salvador Zimbaldi	PROS	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrpPhs

	Partido	Bloco	
SÃO PAULO			
393 - Valdemar Costa Neto	PR	PrPtdobPrpPhs	
581 - Vanderlei Siraque	PT		
394 - Vaz de Lima	PSDB		
396 - Vicentinho	PT		
550 - Walter Feldman	PSB		
553 - Walter Ihoshi	PSD		
397 - William Dib	PSDB		
Presentes São Paulo: 62			
MATO GROSSO			
400 - Carlos Bezerra	PMDB		
401 - Eliene Lima	PSD		
573 - Nilson Leitão	PSDB		
403 - Pedro Henry	PP		
405 - Sâguas Moraes	PT		
404 - Valtenir Pereira	PROS		
Presentes Mato Grosso: 6			
DISTRITO FEDERAL			
545 - Augusto Carvalho	SDD		
407 - Erika Kokay	PT		
408 - Izalci	PSDB		
409 - Jaqueline Roriz	PMN		
410 - Luiz Pitiman	PSDB		
539 - Policarpo	PT		
413 - Reguffe	PDT		
414 - Ronaldo Fonseca	PROS		
Presentes Distrito Federal: 8			
GOIÁS			
416 - Armando Vergílio	SDD		
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB		
422 - Flávia Moraes	PDT		
423 - Heuler Cruvinel	PSD		
417 - Íris de Araújo	PMDB		
418 - João Campos	PSDB		
419 - Jovair Arantes	PTB		
420 - Leandro Vilela	PMDB		
575 - Magda Mofatto	PR		PrPtdobPrpPhs
564 - Marina Santanna	PT		
428 - Pedro Chaves	PMDB		
427 - Roberto Balestra	PP		
429 - Ronaldo Caiado	DEM		
425 - Rubens Otoni	PT		
426 - Sandes Júnior	PP		
431 - Sandro Mabel	PMDB		
547 - Valdivino de Oliveira	PSDB		
Presentes Goiás: 17			
MATO GROSSO DO SUL			
638 - Akira Otsubo	PMDB		
432 - Biffi	PT		

	Partido	Bloco
MATO GROSSO DO SUL		
433 - Fabio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	
437 - Marçal Filho	PMDB	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 8		
PARANÁ		
440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
441 - André Zacharow	PMDB	
453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
442 - Cida Borghetti	PROS	
444 - Dilceu Sperafico	PP	
449 - Dr. Rosinha	PT	
446 - Edmar Arruda	PSC	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	SDD	
466 - Giacobbo	PR	PrPtdobPrpPhs
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
458 - Nelson Meurer	PP	
457 - Nelson Padovani	PSC	
588 - Odilio Balbinotti	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
603 - Professor Sérgio de Oliveira	PSC	
459 - Rosane Ferreira	PV	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 27		
SANTA CATARINA		
561 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	
574 - João Pizzolatti	PP	
474 - Jorge Boeira	PP	
476 - Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrpPhs
477 - Luci Choinacki	PT	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	

	Partido	Bloco
SANTA CATARINA		
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
560 - Valdir Colatto	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 16		
RIO GRANDE DO SUL		
487 - Afonso Hamm	PP	
486 - Alceu Moreira	PMDB	
489 - Alexandre Roso	PSB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
490 - Beto Albuquerque	PSB	
499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcisio Perondi	PMDB	
578 - Eliseu Padilha	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
502 - Giovanni Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	
501 - José Otávio Germano	PP	
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luis Carlos Heinze	PP	
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	
496 - Marco Maia	PT	
507 - Marcon	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
591 - Paulo Ferreira	PT	
513 - Paulo Pimenta	PT	
511 - Renato Molling	PP	
556 - Ronaldo Nogueira	PTB	
515 - Ronaldo Zulke	PT	
512 - Sérgio Moraes	PTB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	
Presentes Rio Grande do Sul: 30		

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – As listas de presença acusam o comparecimento de 73 Senhoras e Senhores Senadores e de 445 Senhoras e Senhores Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência esclarece ao Plenário que a presente sessão foi convocada para deliberação de vetos presidenciais, cujo prazo constitucional encontra-se esgotado, conforme entendimento mantido com as Lideranças do Senado e da Câmara dos Deputados. Essa será a parte 1 da Ordem do Dia.

Na parte 2 da Ordem do Dia, constam três matérias. Por informação das Lideranças, há entendimento para votação destes três projetos:

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que *“dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”*.

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, de autoria das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que *“acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”*, para permitir que a Comissão de Cultura e a Comissão de Educação, ambas da Câmara dos Deputados, possam apresentar emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que *“dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”*.

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que *“altera o caput do art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências, que reduz a meta do superávit da União ao excluir do cálculo a meta de Estados e Municípios”*.

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que *“abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, para Seguro Rural e Safra 2013/2014”*.

Não havendo objeção do Plenário, essas matérias da parte 2 da Ordem do Dia serão apreciadas

ainda na presente sessão após a votação dos vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Conforme entendimento das três últimas sessões – consultamos as Lideranças sobre se há entendimento –, vamos abrir a votação dos vetos. Após, vamos passar aos oradores já inscritos, alguns para breves comunicações.

Há acordo? *(Pausa.)*

Antes de começar a votação, queremos saudar o nosso ex-Governador e Senador Roberto Requião e parabenizá-lo pelo projeto sobre direito de resposta para o qual a Casa deve votar urgência, um projeto importante a ser votado brevemente pela Câmara dos Deputados.

Saudação, Governador e Senador!

Sabem que eu já votei nele algumas vezes?

É para votar ou não?

As três urnas do Senado encontram-se à esquerda da Presidência, com as letras iniciais A a E, F a L e M a Z. As 10 urnas da Câmara dos Deputados encontram-se assim distribuídas: à direita da Presidência, as urnas com as letras iniciais A, B a D, E a F, M, J e K; à esquerda da Presidência, as urnas com as letras iniciais R a S, G a I, L, M a P, T a Z.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Em votação. *(Pausa.)*

Estão abertas as urnas para votação, especialmente a dos Senadores que estão mais apressados, não é, Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim? Todo mundo está com atividades. Eu sei disso.

São os seguintes os itens:

ITEM 1

VETO PARCIAL Nº 33, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 33, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (nº 4.264, de 2012, na Casa de origem)**, que *“Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços”*.

Partes vetadas:

- inciso II do § 2º do art. 1º;
- inciso III do § 2º do art. 1º; e
- art. 5º

– *Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.*

ITEM 2**VETO PARCIAL Nº 34, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 34, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894, de 2009, na Casa de origem)**, que “Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – PE-CMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”.

Partes vetadas:

- § 2º do art. 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto; e
- § 9º do art. 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto.

– Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 3**VETO PARCIAL Nº 35, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 35, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (nº 2.205, de 2011, na Casa de origem)**, que “Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências”.

Partes vetadas:

- art. 8º;
- *caput* do art. 9º;
- § 1º do art. 9º;
- *caput* do § 2º do art. 9º;
- inciso I do § 2º do art. 9º;
- inciso II do § 2º do art. 9º;
- inciso III do § 2º do art. 9º;
- inciso IV do § 2º do art. 9º;
- inciso V do § 2º do art. 9º;
- inciso VI do § 2º do art. 9º;
- inciso VII do § 2º do art. 9º;
- inciso VIII do § 2º do art. 9º;
- inciso IX do § 2º do art. 9º;
- inciso X do § 2º do art. 9º;
- *caput* do art. 10;
- inciso I do art. 10;
- inciso II do art. 10;
- *caput* do art. 11;
- § 1º do art. 11;
- § 2º do art. 11;
- *caput* do § 3º do art. 11;
- inciso I do § 3º do art. 11;
- inciso II do § 3º do art. 11;
- § 4º do art. 11;
- § 5º do art. 11;
- § 6º do art. 11;
- *caput* do § 7º do art. 11;
- inciso I do § 7º do art. 11;
- inciso II do § 7º do art. 11;
- *caput* do § 8º do art. 11;
- inciso I do § 8º do art. 11;
- inciso II do § 8º do art. 11;
- § 9º do art. 11;
- § 10 do art. 11;
- § 11 do art. 11;
- § 12 do art. 11;
- § 13 do art. 11;
- § 14 do art. 11;
- § 15 do art. 11;
- § 16 do art. 11;
- § 17 do art. 11;
- *caput* do § 18 do art. 11;
- inciso I do § 18 do art. 11;
- inciso II do § 18 do art. 11;

– art. 12;

– art. 13;

Anexo I – Tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS; e

Anexo II – Tabela de pontos da Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS – GDASUS.

– *Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.*

ITEM 4

VETO TOTAL Nº 36, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 36, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999 (nº 2.641, de 2003, na Câmara dos Deputados)**, que “Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro”.

– *Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.*

ITEM 5

VETO PARCIAL Nº 37, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 37, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 613, de 2013)**, que “Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências”.

Parte vetada:

– § 9º do art. 1º

– *Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.*

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – A Presidência solicita aos Líderes partidários a indicação à Mesa de Parlamentares para comporem a Comissão que acompanhará a apuração dos vetos no PRODA-SEN. Atividade voluntária.

Está aberto o processo de votação, como eu já disse.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Tem a palavra o Deputado Wilson Filho, para uma importante breve comunicação de um debate que está acontecendo neste momento.

O SR. WILSON FILHO (PTB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, neste momento está sendo realizado, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional da Reformulação do Ensino Médio, que contará, em poucos minutos, com a presença do Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e com a presença de autoridades de todo o Brasil relacionadas à nossa educação.

A Comissão Especial de Reformulação do Ensino Médio vem trabalhando há muito tempo. O seminário tratará, hoje e amanhã, de um tema urgente e muito importante para o nosso País e para toda a sociedade, principalmente para os nossos jovens.

Por isso, convido todos os Deputados e Senadores para irem ao Auditório Nereu Ramos a fim de participar desse importante debate, um debate de alto nível, com a presença do Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Convido o Deputado Claudio Cajado, um dos inscritos, para falar por 5 minutos. *(Pausa.)*

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para efeito administrativo, o Deputado Silas Câmara votou com o partido, o PSD.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – O.k.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Carlos Souza, Sr. Presidente, votou com o partido na votação anterior.

A SRª ANTÔNIA LÚCIA (PSC-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Antônia Lúcia votou com o partido.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Valdir Colatto votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – O Deputado Claudio Cajado, assim que terminar a ligação telefônica, vai fazer um brilhante pronunciamento. *(Pausa.)*

O SR. RONALDO ZULKE (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Deputado Ronaldo Zulke votou com o partido na votação anterior.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, estamos finalmente exercendo nosso papel, o que durante muitos meses deixamos de fazer, no momento em que acordamos que teríamos sessões do Congresso Nacional pelo menos uma vez por mês. Estamos em meados do mês e estamos fazendo mais uma sessão congressual, o que torna importante o trabalho que estamos desenvolvendo, tanto na Comissão Mista de Orçamento quanto aqui no plenário, com a votação de vetos e outras medidas que dependem das duas Casas conjuntas para deliberação.

Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, e chamar a atenção da Câmara dos Deputados em relação ao orçamento impositivo, que foi votado na semana passada na Comissão, no Senado Federal, e deverá ser votado amanhã no plenário do Senado, que modifica completamente o que votamos na Câmara dos Deputados. Querer impor para a emenda parlamentar recurso de custeio é uma loucura.

Nós não podemos descaracterizar. A emenda parlamentar é emenda de investimento. A partir do momento em que mantiverem recursos para custeio de emenda parlamentar, estaremos descaracterizando completamente a prerrogativa de os Parlamentares poderem emendar o Orçamento para investimentos.

Nós achamos que o Senado, não apenas, ao colocar 50% de emenda da saúde com possibilidade de gasto em custeio, está tirando do Governo a responsabilidade de direcionar recursos para a manutenção das estruturas dos hospitais, sejam filantrópicos ou públicos, mas colocando a responsabilidade para o Deputado. Quem faz a gestão pública da saúde não são os Parlamentares, mas o Governo Federal, o Governo dos Estados e dos Municípios. Agora, na condição de Parlamentares distantes do problema, que muitas vezes é de erros de procedimentos administrativos e de equívocos de gestão, temos que colocar, e aí os gestores vão solicitar emenda de custeio, para pagar salário, para pagar remédio, para pagar combustível das ambulâncias.

Eles estão dizendo que vão modificar isso, mas eu estou chamando a atenção porque essa matéria vai chegar à Câmara, e nós não temos, hoje, nenhum consenso em relação ao que o Senado está aprovando. Orçamento impositivo é caracterizado pelas emendas dos Parlamentares. Na parte individual, Senado e Câmara, Senadores e Deputados, e Deputadas e Senadoras, para investimento. É para isso.

Nós precisamos auxiliar principalmente os mais de 5.500 Municípios brasileiros que perderam a capacidade de investir para melhorar a qualidade de vida da sua população, para melhorar a infraestrutura dos

seus Municípios, em função das demandas que são transferidas para os Prefeitos, principalmente pelos Estados da Federação e pelo Governo Federal, tirando a capacidade de investimentos dos Municípios porque aumentaram muito suas despesas de custeio, por situações como a do seguinte exemplo: se os Municípios não colaboram nas despesas com combustíveis ou com as viaturas das Polícias Militar e Civil quando quebram, não existe segurança para eles, porque o Estado sozinho não tem mais capacidade de investir na segurança pública. É preciso o auxílio dos Prefeitos. E os Prefeitos começaram a ter responsabilidades, como recursos adicionais para salários, muitos deles carimbados com verbas da educação para professores etc., que deixaram seus custeios extremamente elevados. Portanto, não têm mais capacidade de investimento.

Agora, se tirarem as emendas parlamentares, que dariam e dão aos Prefeitos a capacidade de investirem em pavimentação, em mercado, em construção de ginásios de esporte, etc., para colocar em custeio, vamos aumentar os problemas dos Prefeitos. Por isso que os Prefeitos, hoje, não querem mais Unidade Básica de Saúde, Unidade de Pronto-Atendimento, porque quem vai pagar o médico? Quem vai pagar o enfermeiro? E aí as emendas vão ser direcionadas para isso?

Então, o Governo está conseguindo transferir sua responsabilidade para os Parlamentares.

Chamo a atenção de V.Exas. para esse aspecto, porque é necessário que tenhamos a visão de que a emenda é para investimento. E se descaracterizarmos este conceito, iremos entrar num ambiente extremamente perigoso e não sairemos daí. Por quê? Porque está existindo a transferência de responsabilidade de gestão da saúde do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Municípios para o colo dos Parlamentares. Isso é muito grave.

Então, chamo a atenção para que, quando essa matéria chegar à Câmara, possamos manter o que foi decidido pela Câmara dos Deputados. É o lógico, é o sensato. Orçamento impositivo é nesse conceito. A mudar o conceito, é melhor não ter orçamento impositivo, porque não teremos como recusar, como colocar custeio nas unidades de saúde, por exemplo, se não estão funcionando.

E como ficaria o Governo Federal? Como ficariam os recursos que aprovamos para o Ministério da Saúde? Vai-se pedir agora o aumento de AIH? O Prefeito vai pedir aumento de recursos para poder ampliar seus leitos hospitalares, e vai ser de emenda de custeio do Parlamentar?

Então, isso vai criar uma situação extremamente embaraçosa, e o Senado não está se atendo a essa questão prática.

Por outro lado, para concluir, Sr. Presidente, achamos que precisamos avançar nessa discussão. O Senado está, há um tempo, impedindo a votação da LDO. Nós estamos na Comissão Mista de Orçamento sem poder deliberar sobre a LDO, esperando essa matéria, se entrará ou não para vigorar a PEC. Quando chegar à Câmara, eu não tenho dúvida de que haverá modificação. Enquanto isso, como fica a LDO?

É preciso, portanto – e eu concluo –, que o Governo, através das suas Lideranças, se sente para definir o que faremos, porque o tempo está passando, nós estamos em meados de outubro, não votamos a LDO, o Projeto de Lei Orçamentária já chegou, e nós precisamos deliberar essa questão, sob pena de termos mais um ano sem a votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Agradeço.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Alfredo Kaefer, na votação anterior, votou com a orientação do partido e justifica a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Domingos Dutra. Antes, 30 segundos para o Deputado Zé Geraldo. Em seguida falará o Deputado Colbert Martins.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Trinta segundos. Senão aguardem para falar após os 5 minutos deles.

Está aberta a inscrição.

Inscrivi agora os Deputados Zé Geraldo, Colbert Martins e Nelson Pellegrino.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na sessão do Congresso Nacional, chamar a atenção para a gravidade da falta de segurança no Estado do Maranhão.

No nosso Estado, nos últimos 4 anos, a pistolagem voltou a agir com plena liberdade. Nos últimos 4 anos, ex-Deputados, advogados, intelectuais, empresários, lideranças comunitárias têm sido executados pela mão assassina da pistolagem. Inclusive na Capital, na última semana, o Cabo Silva, uma liderança comunitária que residia no COHATRAC, foi executado na porta de sua casa.

Só este ano, na região metropolitana que envolve os Municípios de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar, Ribamar e Alcântara 571 pessoas foram assassinadas. Esse número é superior ao de assassinatos do ano passado.

O sistema carcerário do Maranhão está um caos. Em 2011, cerca de 15 encarcerados foram executados. A metade deles foi decapitada.

Diante desse caos, o Ministro José Eduardo Cardozo esteve no Maranhão, mandou a Força Nacional e anunciou a liberação de 1 bilhão de reais para a construção de presídios.

Neste ano, Deputada Janete, já foram 50 presos executados. Só no último final de semana, 13 presos foram executados dentro da penitenciária de São Luís.

De 2009 para cá, quando a Sr^a Roseana Sarney assumiu o Governo do Maranhão, já são 170 presos executados no interior dos presídios. Coincidência ou não, após a última execução de 13 encarcerados, o Governo do Estado decretou emergência para que as compras, construções e outras atividades não fiquem sujeitas a licitações.

Estou, portanto, anunciando desta tribuna que estamos encaminhando uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da ONU e à Comissão de Direitos Humanos da OEA para que esses dois organismos pressionem o Governo do Brasil, e o Governo brasileiro pressione o Governo do Maranhão, para que haja segurança.

No Maranhão temos um policial militar para 4 ou 5 mil pessoas. Polícia desaparelhada, polícia desmotivada, polícia desequipada, e a consequência é a criminalidade que tomou conta do Estado do Maranhão.

É preciso que o Governo Federal, urgentemente, além de mandar a Força Nacional, tenha uma atuação mais rígida, mais forte no sistema carcerário do Maranhão, porque me parece que estão usando as execuções como forma de abrir vaga no sistema carcerário e de liberar geral, deixando o Governo livre para gastar do jeito que quiser.

Portanto, aqui fica a denúncia.

Encerro minha fala registrando a presença do Deputado Estadual Marcelo Tavares, do PSB, que tem uma atuação exemplar de combate aos desmandos do Governo do Maranhão.

Enquanto o sistema carcerário está assim, o Governo do Estado já gastou mais de 18 milhões de reais só com pagamento de voos de helicópteros. Enquanto o sistema carcerário está um caos, o Governo do Maranhão já gastou mais de 80 milhões de reais com pagamento de propaganda desleal, promocional e mentirosa.

Portanto, Sr. Presidente, quero...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – São só 5 minutos.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD-MA) – ...fazer este registro e pedir ao Governo Federal que dê atenção especial ao sistema carcerário do Maranhão e à segurança pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Passo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de falar hoje sobre a renegociação da dívida dos Estados, que está prevista no PLP 238, pautado para o dia de amanhã.

Aquela dívida consolidada da Lei nº 9.496 era em torno de 100 bilhões. A União deu um desconto, ficou em 89 bilhões. Os Estados já pagaram mais de duzentos e estão devendo quatrocentos e tantos bilhões à União.

O que aconteceu? Os Estados de economia fragilizada tiveram que contrair empréstimos externos com a metade do encargo cobrado pelo Tesouro e quitaram seus débitos. Dentre eles, o meu Estado do Piauí, que pagou juros altíssimos, Sr. Presidente, pelo IGP-DI mais 6%.

Tenho aqui a avaliação do que vale o IGP-DI mais 6%, que, atualizado, deu quase 900% no período, 900%! E agora estamos votando PLP que dá opção: ou paga a taxa SELIC ou paga o IPCA mais 4%. O IPCA mais 4% dá oito. A SELIC já está em nove ou nove e pouco. Mas ela foi muito mais alta. Então, naturalmente, os Estados vão optar pelo IPCA mais 4%. Mas na hora de retroagir ao estoque, à origem do débito, a redação dada, de comum acordo com o Governo, que seja pela taxa SELIC.

Sou contra que a retroação seja pela taxa SELIC. Deve o Estado escolher o indexador que for mais conveniente aos seus interesses. Porque se ele escolher o IPCA mais 4%, vai dar, Sr. Presidente, no período, 394% de atualização; se ele escolher a SELIC, vai dar 1.096%.

Então, o que eu quero dizer? Vou apresentar amanhã uma emenda em plenário para que o Governador ou o Prefeito que tenha dívida possa fazer essa opção, a opção do menor encargo. E mais, Sr. Presidente, que aqueles Estados que quitaram, principalmente este ano, como o Piauí, possam rever essa diferença.

Dos quatrocentos e tantos bilhões, quatro Estados devem 80%. Os pobres que não aguentaram esse encargo tiveram que pagar, tiveram que tirar empréstimo externo para pagar sua dívida. O Piauí pagou, como outros Estados também.

Então, queremos que seja feita a retroação também com aqueles que pagaram, porque aí há um privilégio muito grande. Já houve o privilégio na concessão

dos empréstimos, exageradamente privilegiados para os ricos. E agora o privilégio do desconto excessivo, privilegiando de novo os Estados mais ricos.

Então, não tem jeito. Só tem privilégio aqui quem tem poder econômico, quem tem poder político forte. E nós vamos apresentar uma emenda nesse sentido.

Além do mais, Sr. Presidente, hoje participei, no meu Estado, de uma reunião com os Prefeitos. Eu nunca vi tanta gritaria de Prefeitos. Eles não aguentam mais o que estão recebendo, com os encargos que a União transferiu, inclusive com a atualização do salário mínimo em nível nacional unificado. Eles não aguentam.

A Bahia tem mais de 200 Municípios que ultrapassaram o próprio limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. E vi vários Prefeitos da Bahia aqui no corredor, pedindo socorro, pedindo que aprovemos o 1% que eu apresentei na PEC 161, e que este 1% seja dado aos Municípios no mês de julho, época em que é acentuada a devolução do Imposto de Renda. Também há a desoneração exagerada do IPI, para fomentar e segurar o emprego.

Além do mais, Sr. Presidente, tenho um projeto no sentido de desonerar a folha dos Municípios brasileiros. Assim como fizemos com as empresas do Brasil, faça-se também com os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Conclua, Deputado, que 5 minutos já são suficientes.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI) – Nós só temos 5.570 Municípios; empresas no Brasil, até março já havia 48 mil. Estavam dando uma renúncia de 1 bilhão às empresas. Desonerar a folha, e, como se fez com as empresas, migrar de 22% para 1% da receita corrente líquida – ou até bruta, mesmo, eu aceito a bruta —, vai gerar um alívio muito, muito grande nas finanças dos Municípios.

Sr. Presidente, encontrei um dia desses um Prefeito e ele me disse: “*Deputado, antigamente eu sonhava. Hoje, nem consigo dormir, com tantos problemas que eu enfrento como prefeito do meu Município, do meu Estado e do meu Brasil*”.

O SR. CHICO DAS VERDURAS (Bloco/PRP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico das Verduras votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini, por São Paulo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero usar a palavra hoje para lamentar as últimas declarações da ex-candidata ou talvez futura candidata Marina Silva, que foi aos jornais dizer que houve um retrocesso em nosso País durante o Governo da Presidenta Dilma.

Aliás, esta declaração coincide muito com o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que diz que as contas públicas estão arrebitadas, que a inflação é galopante, que a situação econômica é caótica. Nada mais falso do que essas declarações; nada mais mentiroso do que essa concepção de Marina Silva.

O Governo da Presidenta Dilma, ao contrário, vem fazendo com que o Brasil avance, resista à crise econômica mundial, distribua renda e melhore a vida do povo brasileiro. Essa é a grande realidade.

Eu queria falar de algumas questões do ponto de vista econômico. Por exemplo, a dívida líquida do Brasil, neste ano de 2013, está no menor nível da sua história: 34,5%. Portanto, é uma dívida que vem caindo.

Muito se anuncia que a Previdência Social vem arrebitando os gastos.

Isso não é verdade. A Previdência vem reduzindo sua participação no total do PIB para 1,2%. A despesa com pessoal também está absolutamente sob controle: 4,2% do PIB. E a despesa com juros da dívida interna, que é um elemento importantíssimo para garantir o investimento no País, porque essa dívida sempre comeu boa parte dos recursos necessários ao investimento, também vem reduzindo a sua participação em relação ao PIB e, hoje, é de 4,7%, o menor nível nos últimos 20 anos.

Dessa forma, Sr. Presidente, nós temos conseguido avançar na redução do desemprego em nosso País. A candidata Marina deveria observar que hoje temos o menor nível de desemprego da nossa história, o que garante, com bastante importância, o prestígio da Presidenta Dilma.

Além disso, temos observado a recuperação do salário mínimo – ou será que não quer dizer nada recuperar o salário mínimo neste País, como vem sendo feito desde o Governo Lula e nesses 3 anos da Presidenta Dilma? Temos, sim, recuperado o salário mínimo e garantido uma melhor distribuição de renda para o povo brasileiro.

No Bolsa Família, aumentamos o número de famílias beneficiadas e, mais do que isso, implantamos o PRONATEC no Brasil sem Miséria, que já atende a 570 mil jovens. O PRONATEC, que também é um programa criado pela Presidenta Dilma, já atende a 3 milhões e 300 mil jovens em nosso País.

Portanto, estamos, sim, preparando a juventude brasileira para um futuro melhor, para melhores empregos, para o desenvolvimento do nosso País.

O crédito agrícola para o agronegócio, que a candidata tanto odeia, já atingiu neste ano 136 bilhões de reais. Com isso, tem feito avançar a produção agrícola em País, garantindo o desenvolvimento, garantindo a participação nas exportações.

Portanto, não vejo nenhum sentido nessa fala. Quero aqui lamentar, mais uma vez, que essa candidata Marina, ou ex-candidata Marina – não sei até hoje como vai ficar essa situação –, não apresente suas propostas, as propostas do que pretende fazer no Brasil.

Aliás, se forem as propostas que ela apresentou em seminário para banqueiros anteontem, serão as propostas do antigo Governo Fernando Henrique Cardoso, serão as propostas do retrocesso: atender aos interesses dos banqueiros e restabelecer a política econômica que nós mudamos nesse período, de aumento dos juros, de restrição dos gastos públicos e de arrocho sobre os trabalhadores e as trabalhadoras.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Conclua, Deputado, pois 5 minutos são suficientes.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP) – Com certeza, nessa proposta, não seria aprovada a igualdade de direitos para as empregadas domésticas, que nós garantimos, aprovamos, e que hoje é uma realidade.

Portanto, Srs. Deputados e Senadores, temos que analisar o que de fato acontece em nosso País, o avanço que nós temos tido. Com isso, com certeza a aprovação deste Governo será cada vez maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT-SP) – Sr. Presidente...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Sr. Presidente, questão de ordem. Art. 94.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Deputado Onyx, só um minutinho. Há uma questão de ordem do Deputado Cajado. É do Deputado Onyx ou do Deputado Cajado?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Eu vou fazer uma, e parece que o Deputado Onyx também. Pode ser que coincidam.

A minha questão de ordem é a seguinte, Sr. Presidente. Nós estamos aqui analisando os cinco primeiros itens da ordem cronológica desta sessão. A partir do item 6, nós vamos iniciar a discussão do projeto de resolução que dispõe sobre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competência, o que não tem problema.

O item 8, de igual forma, dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI.

E o item 10 dispõe sobre crédito extraordinário para o Ministério da Agricultura no valor de R\$230 milhões.

Ocorre que, quanto aos itens 7 e 9, nós temos divergências.

Precisamos deixar claro que o Governo está tentando agora, nas desonerações para Estados e

Municípios, não atingindo o superávit – o Governo Federal historicamente sempre o fez, para que nós pudéssemos atingir a meta do superávit —, retirar esse superávit, não complementando as desonerações que impactam Estados e Municípios, no caso das desonerações. Portanto, há uma divergência nossa muito grande nesse sentido.

Nós concordamos em votar todas as demais matérias. Nessa questão, vai haver discussão.

Então, indago a V.Exa.: ao concluirmos a votação dos vetos, V.Exa. poderia passar a analisar os demais itens, excluindo o 7 e o 9 para o final, ou V.Exa. irá seguir a ordem cronológica? Porque, se o for, nós teremos discussão no plenário e a sessão, inclusive, poderá cair, porque há também outros partidos com divergência quanto a essa questão.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Só para tentar um acordo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta de acordo é a retirada do item 7 e do item 9, e nós votaremos sem obstrução. Se houver manutenção, nós vamos para obstrução...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Há uma proposta de acordo. Consultaria o Líder do Governo – vou passar a palavra a V.Exa. também – se há entendimento em relação a esse ponto.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas não há entendimento com o PMDB. O PMDB só tem entendimento pelos vetos. Fora dos vetos, o PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Então, vamos seguir a votação dos vetos, naturalmente liberando os Parlamentares, e informando que, inicialmente, esta Presidência, Deputado Eduardo Cunha, consultou as Lideranças se havia acordo em relação à pauta.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Somente com relação aos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Na hora em que esta Presidência consultou, ninguém se opôs.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Há requerimento do PMDB, que foi encaminhado à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Agora? Então, nós estamos informando ao Plenário que haverá obstrução a partir do item 6.

E nesse momento em que nós anunciamos que havia acordo, muitos Parlamentares já não estão mais na Casa para eventualmente enfrentar um debate e uma obstrução do PMDB, que, por si só, já seria difícil de ser suplantada.

Deputada Jô Moraes, por 5 minutos. *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Qual é a questão?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com relação à pauta. Nós queremos externar o pensamento do PSDB, até para simplificar a condução da sessão do Congresso por parte de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Veja bem, já está simplificada. Nós, a partir do item 6, vamos terminar o veto e, provavelmente, vamos terminar a sessão, porque já existe obstrução por parte do PMDB.

V.Exa. tem alguma divergência com relação a isso?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – A nossa posição é muito clara com relação ao PLC, e nós não estamos dispostos a votá-lo no acordo.

Então, se esse item for retirado de pauta, entendemos que podemos tornar bem proveitosa esta sessão do Congresso, e, além de apreciar os vetos, ainda votar outros PLCs importantes para o País.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Nós não teremos, provavelmente, nenhum outro PLC a votar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caros Deputados, queridas Deputadas, nesta semana, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, ocorreu a 12ª Reunião Anual da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas. O tema central é por um desenvolvimento sustentável.

Qual a pauta essencial das Parlamentares dos diferentes Parlamentos da América do Norte, da América Central e da América do Sul? A preocupação estava exatamente em qual seria a estratégia para assegurar, no desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos humanos das mulheres e a ampliação da incorporação das mulheres nas instâncias de poder.

Evidentemente, representantes, inclusive do Parlamento Europeu, trouxeram como contribuição a experiência de uma rede parlamentar que envolve o

conjunto do Parlamento Europeu, das diferentes representações dos Estados que integram este Parlamento, para enfrentarem os desafios que se caracterizam com a violência que abate as mulheres.

E, mais do que isso, para além do enfrentamento da violência, o debate que se estabeleceu foi exatamente o de que sistema político favorece as mulheres para se incorporarem às instâncias de representação parlamentar.

Nós tivemos uma conclusão quase unânime: o nosso sistema político de representação é essencialmente elitista e o nosso processo eleitoral é essencialmente mercantilista. O fato de desafiar os sistemas políticos dominantes no conjunto dos Estados soberanos dessas Américas aponta que, se não conseguirmos fazer com que o voto se livre do peso do dinheiro, do peso de se transformar numa mercadoria, não enfrentaremos a ampliação da presença das mulheres nas instâncias de poder.

Nós estamos discutindo aqui, Sr. Presidente, um ajuste de reforma eleitoral. Não é a reforma política que nós tanto desejamos. Não é a reforma política que foi assinada e apoiada por 1,3 milhão de pessoas, homens e mulheres deste País que querem estabelecer, através do seu projeto de iniciativa popular, eleições limpas. Esse projeto está nesta Casa e tem a adesão de centenas de Deputados. A sua Comissão Especial precisa ser instalada, para que nós possamos discutir, para valer, uma reforma política.

Mas eu queria alertar que mesmo esses ajustes eleitorais que são colocados aí contêm mecanismos que nos assustam muito, contêm mecanismos tais que nem a liberdade individual nos nossos espaços particulares é respeitada.

Espanta-me que seja proibido até nos nossos comitês eleitorais que tenham placas ou faixas dizendo que aqueles comitês eleitorais pertencem a tal candidato, a tal candidata.

Será uma eleição em que os homens e as mulheres não têm direito a nada, nem saber quais são os seus candidatos? É uma eleição que não permite que na nossa propriedade particular sequer possamos colocar uma faixa ou uma placa?

Eu medi, Sras. e Srs. Deputados, o quanto de espaço podemos botar nas nossas casas e nos nossos comitês. É este tamanho que nós conseguimos colocar nos nossos comitês, nas nossas faixas.

Nós vamos ter, Deputadas e Deputados, que distribuir aos eleitores óculos de grau para que eles possam ver, nos nossos comitês, que nós somos candidatas ou candidatos.

Por isso, quero alertar que este projeto que está em curso, em que pese ter apenas uns ajustes elei-

torais, não pode voltar ao período da ditadura dos retratinhos. Não podemos ser candidatas ou candidatos clandestinos. O povo pode e deve saber que nós somos candidatos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, regimentalmente, como Líder de bancada.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Já vou passar a palavra, como Líder, ao Deputado Ivan Valente.

Deputado Pedro Eugênio, está convidado inclusive a “filar uma boia” na minha casa.

Deputado Pedro Eugênio, é pela ordem?

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas enfatizar e lembrar a toda a bancada do Nordeste que amanhã teremos um café da manhã com a Ministra Tereza Campello, nesse momento em que comemoramos os 10 anos do Bolsa Família e das políticas de integração e de inserção social do Governo do Partido dos Trabalhadores e todos os nossos aliados.

Teremos a palavra da Ministra fazendo um balanço desse extraordinário trabalho que temos tido, através das ações sociais do Governo. Portanto, toda a bancada do Nordeste está convidada a comparecer amanhã, no 10º andar do Anexo IV para o café da manhã.

E, a tempo, Sr. Presidente, na condição não só de Parlamentar, mas também de professor aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, quero saudar todos os professores e professoras brasileiros pelo transcurso de mais um dia que registra a importância dessa que é mais do que uma categoria...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Complemente, Deputado.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PT-PE) – Um conjunto de todos aqueles e aquelas que constroem a transmissão de pensamento, de conhecimento a todos aqueles que fazem o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Deputado Ivan Valente, antes de passar a palavra para V.Exa. como Líder, queria lamentar o falecimento de um grande amigo, o Sr. Hugo Gonçalves, Diretor do Centro de Educação Infantil Marília Barbosa, de Cambé. Ele completou, no dia 6, cem anos de idade. Por esse lar, que ele dirigiu por mais de 50 anos, passaram 1.400

crianças. Ele estava com saúde. Fui informado agora do seu falecimento, e é claro que lamentamos.

Ele deixou 2 filhos, 14 netos, 30 bisnetos e este Parlamentar, que se inspirou na sua vida para a sua atuação social.

Registro o falecimento, o retorno à pátria espiritual do nosso amigo Hugo Gonçalves, grande amigo e grande alma.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-RS) – Com a palavra, como Líder, o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria comunicar a este Plenário que o Partido Socialismo e Liberdade entrou com um projeto de decreto legislativo aqui e também no Senado Federal, com outros Senadores, para sustar o leilão de Libra, que vai acontecer no dia 21 deste mês. Ou seja, a contaminação do processo de leilão é evidente, pelas denúncias que foram feitas com base na espionagem sobre a PETROBRAS, amplamente divulgadas no Brasil e no exterior também.

Em segundo lugar, nós temos argumentos segundo os quais, em várias etapas, são violados o Regimento e a fórmula da Lei de Partilha, que foi aprovada nesta Casa, a Lei nº 12.351, de 2010.

Então, nós entramos com esse projeto e, hoje, conseguimos a urgência constitucional. Entregamos, na Mesa da Câmara, assinado por 12 partidos desta Casa, o pedido de urgência constitucional. E pedimos ao Presidente, Deputado Henrique Eduardo Alves, que colocasse na pauta, imediatamente, o regime de urgência e a votação do mérito desse projeto de decreto legislativo que levantava, sustava o leilão de Libra.

Neste momento, estou recebendo essa notícia pela Secretaria da Mesa, com a Liderança do PSOL, e quero pedir aos Líderes que confirmem esta informação. Doze Líderes assinaram. Eu estou recebendo a informação agora, Sr. Presidente, de que os Líderes do PR, Deputado Anthony Garotinho; do PSC, Deputado André Moura; do Solidariedade, Deputado Fernando Francischini; do PROS, Deputado Givaldo Carimbão; do PP, Deputado Eduardo da Fonte; e também do PDT, embora o Líder do PDT esteja na Espanha e eu tenha tido a informação de que S.Exa. se recusou a retirar a assinatura do requerimento.

Eu queria que os Líderes que assinaram hoje à tarde pudessem me confirmar essa informação. Eu acho que, se for verdadeira essa informação, é um desserviço. Nós fizemos um ato hoje, no Auditório Nereu Ramos, e inclusive o Deputado Anthony Garotinho nos ajudou a coletar assinaturas de outros Líderes, como é o caso do Deputado do PP Eduardo da Fonte. Mas o

Governo operou para detonar, para impedir que esse projeto fosse a voto hoje à tarde.

É engraçado que o PT, que é contra a privatização, e o PCdoB, que argumenta contra a privatização, não tenham aqui assinado e que tenham forçado setores da base governista a retirar de qualquer forma para que entreguemos o Campo de Libra, que significa 1 trilhão de reais por ano, para empresas estrangeiras explorarem.

A nossa opinião, Sr. Presidente, e a opinião de todos aqueles defensores do petróleo como riqueza nacional, sobre esse tipo de entrega que está sendo feita do leilão de Libra, é que nenhum país do mundo leiloa petróleo já descoberto. Em cima das denúncias que a Presidente da República realizou lá na ONU contra a espionagem da NSA e da CIA, agora se vai fazer um leilão com empresas que possivelmente se beneficiaram dessa espionagem.

Então, eu queria pedir aos Líderes que mantivessem as assinaturas, porque não tenho ainda oficialmente essa informação, Sr. Presidente, para que amanhã possamos votar o projeto de decreto legislativo que susta o leilão do Campo de Libra, que não é pouca coisa: são 15 bilhões de barris, o equivalente à reserva descoberta de petróleo no nosso País.

E vou pedir pessoalmente aos Líderes que foram mencionados pela Secretaria da Mesa que se pronunciem, ou no plenário ou individualmente, para este Líder, sobre por que retiraram as assinaturas de algo que é absolutamente correto, em defesa da soberania nacional, em defesa da riqueza nacional, em defesa da utilização desse dinheiro não por megaempresas, as Sete Irmãs do Petróleo, mas pela PETROBRAS, patrimônio nacional, e sobre por que vamos vender petróleo já descoberto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi por 5 minutos, como combinado.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu concordo com meu Líder, Eduardo Cunha. Eu aprendi em 18 anos e meio nesta Casa que acordo deve ser cumprido, ainda mais com partidos parceiros. Então, o PMDB estará em obstrução em função do não cumprimento do acordo entre dois partidos importantes nesta Casa. Um deles era o PMDB.

Venho aqui para falar aos Senadores e aos Deputados que as ruas pediram, e pediram com força. Em primeiro lugar, a avaliação da saúde foi péssima. Em segundo lugar, em todas as avaliações e pesquisas qualitativas que o Palácio do Planalto tem em relação à saúde, é a pior avaliação. Mas a pior avaliação é a

que nós fizemos nas nossas bases, em que a crise da saúde é verdadeira. E nós seremos cobrados no ano que vem nas eleições.

E serão eleições atípicas, porque comandadas pelas redes sociais. Pode não haver mobilização de rua. Eu acho que vai haver, em função da Copa do Mundo. Mas é neste aparelho: redes sociais usando o celular. *(Pausa.)*

O silêncio é de propósito. O Governo Federal tem dinheiro! O Governo Federal tem dinheiro! O Governo Federal tem dinheiro! O Governo Federal tem dinheiro! É uma questão de escolha e de prioridade. Diminua outras escolhas – desoneração, muito dinheiro para o BNDES e um seleto grupo de empresas —, faça uma avaliação e priorize a saúde.

O Ministério da Saúde, Srs. Senadores e Srs. Deputados, este ano, não tem dinheiro para pagar novembro e dezembro à rede da saúde das Prefeituras, dos Estados e dos hospitais públicos e conveniados. Não tem! O buraco já anunciado no passado pelo CONASS e o CONASEMS, de 10 bilhões, está acontecendo. Está acontecendo!

O Orçamento proposto para o ano que vem é de 90 bilhões. Serão necessários, no mínimo, no ano que vem, para fechar as contas, 100 bilhões. O que o Governo está fazendo pela Liderança no Senado? Está entrando de contrabando no orçamento impositivo de 1% – alô, Deputados Federais e alô Senadores! – e ali pondo 50% das emendas para a saúde. Elas já são... As emendas já são pagas pelo piso constitucional. O Governo está trocando seis por meia dúzia, dando com uma mão e tirando com a outra. O orçamento impositivo é para os Parlamentares darem a seus Municípios, em qualquer área.

Pode ser a saúde, mas que fique acima do piso mínimo da saúde. Isso virá para cá. O Senado, que tem autonomia e independência, vai decidir a semana que vem. Alô, Líderes, e Líderes da base, os Deputados da base querem a emenda livre! Pode ir para a saúde, mas são só os Deputados da base? Não. Conversem com o Conselho Nacional de Saúde, conversem com o CONASS, conversem com o CONASEMS, Secretários Estaduais e Municipais. Eles não querem orçamento impositivo dentro do piso.

E mais: vem de lá, se for confirmada, a queima dos 2 milhões de assinaturas. Queima muito pior, incineração. Eu não acredito que o Senado vai fazer isso, mas, se vier para cá, a Câmara não pode permitir enterrar o movimento das ruas, meu caro Deputado Paixão, e queimar os 2 milhões de assinaturas. Pior ainda, Líder Deputado Amin, pior ainda, líder Deputado Eduardo Cunha, é uma bofetada na sociedade, nos movimentos sociais.

Ainda há tempo de o Palácio do Planalto mudar, mas o Líderes não podem virar as costas. As ruas vão cobrar da base aliada. O PMDB, na bancada, tem uma proposta intermediária e está discutindo. Que os partidos da base também discutam!

Mas nós temos esse compromisso. É muito sério. O Programa Mais Médicos ajuda, mas absolutamente não vai resolver, e vamos precisar de mais recursos.

Srs. Deputados, nós temos essa responsabilidade. Mas espero que os Senadores revisem sua posição já na semana que vem. O Governo tem dinheiro.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Damião Feliciano, na sessão da Câmara, votou com o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Eu tenho certeza.

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Uma reclamação sobre uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Só 1 minutinho, por favor.

Eu quero avisar aos Líderes – está aqui o Deputado Eduardo Cunha, que eu estou vendo, o resistente Líder Eduardo Cunha e o Deputado André Moura —, mas também ao Vice-Líder do PT, aos Líderes do PSDB e dos demais partidos que indiquem membros para a apuração. Nós não vamos encerrar a sessão sem ter a indicação para o processo de apuração no PRODASEN.

Eu peço aos Srs. Líderes que o façam rapidamente, destaquem as pessoas. O PT, por exemplo, poderia indicar o Amauri Teixeira, que é o Deputado mais presente aqui na Mesa, para nos ajudar lá na apuração.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – O PMDB tem o prazer de indicar V.Exa. para representá-lo nessa apuração.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Eu tenho uma missão aqui.

Deputado Zé Geraldo, por 5 minutos. *(Pausa.)*

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Sr. Presidente, uma reclamação sobre uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – V.Exa. tem que ser claro.

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós fizemos uma questão de ordem exatamente há 30 dias a V.Exa. sobre o efeito suspensivo de uma resolução do Congresso Nacional. Hoje há 30 dias que nós protocolamos, entregamos à Mesa, e V.Exa., na Presidência anterior e na Presidência hoje, não nos deu a solução da questão de ordem.

Então, eu solicito a V.Exa. que dê a este Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – A Resolução e o acordo de Líderes, Deputado Ademir Camilo, dizem claramente que esse procedimento seria adotado nos vetos após uma determinada data.

Os vetos a que V.Exa. se refere são vetos anteriores, e que, portanto, restarão ainda em uma metodologia anterior.

Era isso?

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Não, Sr. Presidente. V.Exa. talvez não tenha lido a questão de ordem que fiz. A questão de ordem que fiz é se o entendimento da Mesa tem efeito suspensivo, porque uma resolução... V.Exa. há de me permitir, se nós todo dia fizemos uma resolução para acabar com outra, nós não teremos aqui o efeito de que é uma resolução. Resolução é algo definitivo.

Então, objetivamente, solicito a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Objetivamente, V.Exa. quer...

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Eu quero terminar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – V.Exa. já terminou. Já entregou por escrito.

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Eu já entreguei por escrito e quero a resposta por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Está bom. Vai ser dada *a posteriori*.

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – A *posteriori*? Já há 30 dias!

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Nós estamos falando aqui claramente o seguinte...

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Trinta dias!

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Antes da próxima sessão, V.Exa. terá a resposta por escrito.

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Mas 60 dias para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Houve um entendimento. Os vetos que não entraram nessa metodologia restam.

O SR. ADEMIR CAMILO (PROS-MG) – Isso aí é uma questão política. Eu fiz uma questão de ordem técnica. Eu preciso dessa resposta em 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Está bom. Então, nós vamos responder. Em 30 dias, nós responderemos.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dar como lido um discurso em homenagem ao Dia dos Professores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Está bem.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA

O SR. ANDRÉ MOURA (PSC-SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os que estão acessando a Internet e redes sociais, além daqueles que sintonizam a *Rádio Câmara* e a *TV Câmara* em todo o Brasil, em especial a população do Estado de Sergipe, a quem me orgulho de aqui representar, hoje ocupo esta tribuna para falar da categoria que, depois dos entes paternos, tem fundamental importância na vida de qualquer ser humano, gabaritando todos a enfrentar o mundo com o conhecimento necessário para no futuro desempenhar a profissão a ser seguida. E em pensar que tudo começou com um decreto imperial, de 15 de outubro de 1827, com a primeira lei geral relativa ao ensino elementar! Este decreto, outorgado por Dom Pedro I, veio a se tornar um marco na educação imperial, de tal modo que passou a ser a principal referência para os docentes do primário e ginásio nas províncias. A Lei tratou dos mais diversos assuntos, como descentralização do ensino, remuneração dos professores e mestras, ensino mútuo, currículo mínimo, admissão de professores e escolas das meninas.

A primeira contribuição da Lei de 15 de outubro de 1827 foi a de determinar, no seu artigo 1º, que as escolas de primeiras letras (hoje, ensino fundamental) deveriam ensinar, para os meninos, a leitura, a escrita, as quatro operações de cálculo e as noções mais gerais de geometria prática. Às meninas, sem qualquer embasamento pedagógico, estavam excluídas as noções de geometria. Aprenderiam, sim, as prendas (costurar, bordar, cozinhar etc.) para a economia doméstica.

Se compararmos a lei geral do período imperial com a nossa atual lei geral da educação republicana, a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) persegue ainda ideais imperiais, ao estabelecer, entre os fins do ensino fundamental, a tarefa de desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Portanto, mais de um sesquicentenário da lei, e perseguiamos os mesmos objetivos da educação imperial.

Porém, ainda nos tempos atuais a remuneração dos professores é, historicamente, o grande gargalo da política educacional, do Império à Nova República, de Dom Pedro I a Dilma Rousseff. O grande mérito do Imperador, ao outorgar a Lei de 15 de outubro de 1827, foi o de não se descuidar, pelo menos formalmente, dos salários dos professores. No art. 3º da lei imperial, determinou Dom Pedro que os presidentes,

em conselho, taxariam interinamente os ordenados dos professores, regulando-os de 200 a 500 mil contos de réis anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares. Os dados mostram como os professores, no século XXI, em se tratando de remuneração, recebem bem aquém dos parâmetros estabelecidos pela lei imperial, no longínquo século XIX.

Mesmo na marcha lenta da evolução, o Brasil acordou na segunda metade do século 20 para a relação entre educação e desenvolvimento e passou a tratar a educação como prioridade. Mas, para que a sociedade colha os frutos de ter sido mais e melhor educada, leva tempo. Apesar da melhora nos investimentos públicos e do aumento do acesso das crianças ao ensino, os resultados obtidos até aqui ainda deixam a desejar. Os investimentos públicos, portanto, devem ser canalizados para, efetivamente, melhorar o nível da qualidade do ensino. O país com a melhor educação do mundo atualmente é a Finlândia. Por 4 anos consecutivos, ficou entre os primeiros lugares no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), seguida da Coreia do Sul e de Hong Kong. O segredo do sucesso dos campeões mundiais em educação nada tem a ver com métodos pedagógicos revolucionários ou com o uso intensivo de tecnologia de ponta em sala de aula. Apostaram na valorização do professor, numa metodologia simples e na aplicação de currículos de comprovada eficiência.

Ao analisar os sistemas educacionais bem-sucedidos, é possível concluir que os investimentos são importantes, mas não tanto quanto manter uma verdadeira “cultura” nacional de aprendizado, que valoriza professores, as escolas e a educação como um todo. Daí o alto desempenho das nações asiáticas em qualquer *ranking*. Nesses países, o estudo tem um elevado grau de importância na sociedade, e as expectativas que os pais têm dos filhos são muito altas. Ou seja, é preciso envolver a família na educação das nossas crianças e promover uma campanha nacional de valorização da educação. Comparando a Finlândia e a Coreia do Sul, vamos encontrar enormes diferenças entre os dois países, mas há um valor moral muito parecido concedido à educação pelos chefes de família nas duas nações.

Em outras palavras, em que pese a má gestão dos recursos já aplicados na educação e a falta de melhores resultados, motivo para a frustração e a reclamação do povo nas ruas do Governo da Presidente Dilma Rousseff... Lembro, inclusive, que fui o único Deputado de Sergipe que integrou a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação – PNE, discutindo esse projeto com os colegas e com especialistas em educação.

A prioridade desses novos investimentos deveria ser a capacitação dos profissionais do magistério através de cursos especiais e do estudo continuado, como fez a Finlândia, onde os professores do ensino fundamental são aqueles com melhor formação; e 100% deles possuem no mínimo um mestrado em educação. Professores de alta qualidade técnica, com remuneração justa e prêmios de acordo com o desempenho dos seus alunos, fazem grande diferença numa sala de aula, assim como diretores capacitados e treinados para a função, pois sem um gerenciamento qualificado a escola não funciona bem, seja pública ou privada. Como já mencionei, são imensas as consequências econômicas diretas dos sistemas educacionais de alto e baixo desempenho na economia, sobretudo em uma economia globalizada baseada em habilidades profissionais. O Brasil já sabe disso. Chegou a hora de arregañar as mangas e usar todos os recursos disponíveis para melhorar a qualidade da nossa educação. Disso dependerá o futuro desta nação. Não podemos continuar na rabeira do mundo civilizado.

Mas digo em alto e bom som da nossa preocupação com que os recursos destinados à educação sejam aqueles que realmente atendam a ela e não prejudiquem ainda mais os Estados e os Municípios brasileiros, que já são tão prejudicados. Rever toda essa situação é a solução para que não se penalizem mais os professores e os alunos do Brasil.

Peço que meu pronunciamento seja repercutido nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – O Deputado Valtenir está querendo justificar o voto. Pode justificar.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PROS-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Valtenir, nas votações da Câmara dos Deputados, acompanha o Partido Republicano da Ordem Social – PROS.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Há prós e contras. Ele é PROS.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, mais precisamente na sexta-feira, em todo o Brasil, será exibido o filme sobre Serra Pelada, o maior garimpo a céu aberto do mundo, que aconteceu na década de 80, no Estado do Pará, localizado hoje no Município de Curionópolis.

Eu estou falando de Serra Pelada porque nesta tarde alguns Deputados do Pará, do Maranhão, principalmente, reuniram-se com mais de 200 lideranças daquele garimpo. Se naquela época eram 80 mil, ainda hoje há 36 mil cadastrados na COOMIGASP.

O garimpo foi fechado no final do Governo Fernando Henrique Cardoso. Depois de alguns anos, já no Governo Lula, foi repassada à COOMIGASP a área onde está localizado o ouro que ainda existe naquela região. A COOMIGASP contratou uma empresa canadense chamada Colossus como pesquisadora. De pesquisadora, essa empresa foi contratada para extrair o ouro que ainda existe lá. Segundo os garimpeiros, ainda existe muito ouro, agora é que será extraído o “filé”.

Há hoje uma insatisfação generalizada com essa empresa e uma discordância com o contrato que foi assinado. Segundo as lideranças dos garimpeiros, havia o acordo de que a empresa canadense **Colossus** ficaria com 51% e eles com 49%. De repente, assinou-se um contrato em que eles só ficaram com 25%, e a confusão está formada em Serra Pelada.

Eu quero chamar a atenção dos Senadores, principalmente os do Pará, do Maranhão, do Piauí, dos Deputados Federais e do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, de que, segundo minha avaliação, não há outro caminho a não ser uma autoridade federal mediar aquele conflito. E, pelo que eu pude perceber, é insustentável a permanência da empresa canadense Colossus naquela localidade, principalmente nas bases em que foram firmados os contratos com a COOMIGASP – Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada, que agora recebeu uma intervenção do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Eles estão dizendo que a Colossus está comprando as lideranças, comprando os juízes, enfim, que ela tem muito dinheiro. Dizem que já foi extraído aproximadamente um valor de 160 milhões, e foi depositado dinheiro em conta de lideranças da COOMIGASP.

Percebemos que o clima realmente é tenso, e hoje tomamos a iniciativa de ajudar em alguns encaminhamentos. Na próxima terça-feira, pretendemos ir a Serra Pelada, mas pretendemos constituir uma Comissão Externa, para ajudar a gerenciar o conflito.

Quero dizer a todo o povo brasileiro e a todos os Parlamentares desta Casa que é uma vergonha nacional o que está acontecendo com aquela vila. Aproximadamente 2 mil famílias, que moram lá e nunca saíram de lá, não têm sequer água tratada para beber. É o lugar onde se tem mais hanseníase no País. O Prefeito local não consegue trabalhar, mesmo recebendo impostos dessa mineradora; o Governo do Estado também não o faz, nem mesmo o Governo Federal, até porque havia uma proposta de que aquela vila não ia...

(Interrupção do som.)

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Aproveitando 1 minuto...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Não, 1 minuto, não. V.Exa. tem 10 segundos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – A pretensão era tirar essas famílias de lá, mas elas não foram tiradas e estão nessa situação.

Então, eu penso que o Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, precisa tomar uma providência, senão Serra Pelada não terá um final feliz.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, encerre a votação dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Vou encerrar a votação, mas gostaria que os Líderes indicassem alguém para ajudar na apuração.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Já indiquei V.Exa. como o nosso representante.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Eu tenho outro compromisso momentaneamente, representando esta Casa e o Presidente Henrique Eduardo Alves.

Com a palavra o Deputado Colbert Martins, por 1 minuto.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – O Deputado Colbert Martins está escalado pelo PMDB e vai acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Então, o Deputado Colbert falará por 1 minuto. Após o Deputado Colbert, nós vamos encerrar a votação.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito para fazer uma homenagem hoje aos professores do Brasil inteiro, no Congresso Nacional. Fizemos já uma sessão. Eu sou professor e tenho muito orgulho de ter não apenas como profissão, mas como meta de vida. Há tantos professores no Brasil que lutam, trabalham diariamente e fazem da sua vida a vida de construir vidas!

Eu quero transmitir um forte abraço e dizer do compromisso que o Brasil tem, do compromisso do Congresso Nacional, que ainda precisamos melhorar muito mais. Falo do compromisso com a educação brasileira, em que um dos pilares mais importantes são os professores.

Portanto, no dia de hoje, um abraço forte e sincero aos professores e o reconhecimento de um trabalho gratificante, mas um trabalho que precisa ser muito mais reconhecido e mais bem pago.

A todos os professores brasileiros, o nosso abraço.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – A todos os professores o nosso abraço.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer o registro de um brutal assassinato que chocou o Estado de Pernambuco, o assassinato do Promotor Thiago Faria, de Itaíba, que foi vítima de um atentado que chocou todo o nosso Estado. Estamos acompanhando as investigações. É algo extremamente preocupante, porque um crime cometido contra um agente da lei, um promotor, revela o grau de barbaridade que se vive em algumas regiões do nosso Estado, particularmente na região de Águas Belas, divisa com Alagoas, onde a vida vale muito pouco.

Nós aguardamos o desenvolvimento das investigações, porque não pode ficar impune esse crime. Isso atenta contra os direitos humanos, atenta contra a liberdade e atenta contra o Estado Democrático de Direito. É uma perversidade inaceitável num País democrático e civilizado. A sociedade clama por justiça. Um atentado desse porte nos envergonha. Lamentamos profundamente.

Aqui, enviamos os nossos sentimentos de pesar a todo o Ministério Público de Pernambuco e a todos os familiares do Promotor Thiago Faria. Aguardamos as investigações e esperamos que encontrem os culpados por esse crime.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Nós vamos encerrar a votação.

Com a palavra a Deputada Luci Choinacki. Peço a S.Exa. que seja breve, porque toda a Casa está aguardando.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero registrar o dia de hoje e dar parabéns aos professores. Eu sempre olho que cada um de nós tem um pouquinho do professor que teve na vida e eu queria deixar uma homenagem a todos os professores que eu tive na minha vida e falar de um professor que já não está mais no nosso meio.

Hoje não é um dia tão especial. Quando eu era menina, não tinha calçado para esquentar meu pé e ia com os pés gelados para a escola. Meu professor fazia uma fogueira para esquentarmos os pés, porque ele tinha amor por nós. Além de nos dar educação, ele tinha amor e princípio de solidariedade humana.

Por isso, eu digo que somos um pouquinho daquilo que o mestre foi. Ele foi o primeiro mestre, e não está mais no nosso meio. O Prof. João Oreyes, que me ensinou a solidariedade, aquecendo os pés dos alunos que não tinham calçado, que não tinham agasalho, antes de ir para a escola.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Eu vou encerrar a sessão. Nós estamos já faz algum tempo, Deputada Alice. V.Exa. dispõe de 30 segundos. Seja breve. Todos os Parlamentares aguardam o encerramento da votação.

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também estou aguardando como Vice-Líder do partido, disciplinadamente. Gostaria de parabenizar a Presidenta Dilma Rousseff, que esteve em Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – E a PEC 190, Deputada?

A SRª ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) – É amanhã, e eu espero que tenha a solidariedade de V.Exa. sempre e deste Plenário, para votarmos a PEC 190.

Hoje pela manhã, finalmente foi assinado um contrato, após a licitação com uma empresa, na segunda parceria público-privada do Brasil, para a construção do metrô em Salvador. Salvador é a terceira capital do País em população – são 3 milhões de habitantes – e a primeira capital do Brasil com grave problema de trânsito, de engarrafamentos, que levam a cidade a um grande estresse.

No sábado, tivemos uma caracterização negativa dessa circunstância num acidente promovido por um estresse no trânsito: uma médica perseguiu um casal de irmãos, um jovem e uma jovem, de 22 e 23 anos, que acabaram falecendo na cidade.

É urgente o transporte de massa em Salvador.

Hoje, Dia do Professor, também aproveito para dar o meu abraço em todos os professores e professoras do Brasil, arquitetos de pessoas.

Parabéns à Presidenta Dilma Rousseff pelo metrô de Salvador e aos professores brasileiros!

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que encerrasse a votação, porque eu vou pedir verificação de presença. Vou impedir a votação. Depois, V.Exa. continua com a sessão. Eu só quero exercer o direito de pedir verificação.

Eu pediria a V.Exa. que encerrasse a sessão, para não causar prejuízo.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Eu vou passar a palavra ao Deputado Molon, que está inscrito, é o próximo da lista, por 1 minuto, e nós vamos encerrar a votação.

Peço uma compreensão carioca, em homenagem ao Rio de Janeiro.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero

apenas registrar e transmitir os meus cumprimentos a todos os professores, pois estamos celebrando hoje o Dia dos Professores. Eu sou professor e tenho muito orgulho de sê-lo. Então, quero, de um lado, agradecer a todos os professores que eu tive, agradecer aos meus alunos, que me ensinaram a ser professor, e mandar um abraço de solidariedade para os professores do Rio de Janeiro, que têm lutado por melhores condições de trabalho, mesmo contra a truculência da Polícia e a incompreensão dos Governos.

Portanto, transmito a minha solidariedade aos professores da cidade do Rio de Janeiro e do Estado. Um abraço grande. Não desanimem do sonho por uma educação pública de qualidade para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por este 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Está encerrada a votação.

A Presidência determina o lacre das urnas, que serão encaminhadas ao PRODASEN, onde serão abertas para a apuração dos votos, com a presença dos Srs. Parlamentares integrantes da Comissão que acompanhará a apuração.

Passe-se ao próximo item da pauta.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha questão de ordem baseia-se no § 2º do art. 29:

*“Art. 29.....
§ 2º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos ex officio ou por provocação de qualquer congressista.”*

Peço verificação a V.Exa., já que não há a presença em Plenário de um sexto de Senadores e Deputados, conforme prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – É visível, Srs. Parlamentares, a ausência do quórum mínimo para a manutenção da sessão.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 3, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009,

que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”, tendo

– Parecer nº 2, de 2010-CN, da Mesa da Câmara dos Deputados, concluindo pela aprovação do projeto.

– Parecer nº 26, de 2013-CN, da Mesa do Senado Federal, concluindo pela aprovação do projeto.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acréscita § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1 de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”.

ITEM 8

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”, tendo

– Parecer nº 7, de 2011-CN, da Mesa do Senado Federal, concluindo pela apresentação de substitutivo.

– Parecer nº 8, de 2011-CN, da Mesa da Câmara dos Deputados, concluindo pela apresentação de substitutivo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1, de 2013-CN, que “Altera o *caput* do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências”, tendo

Parecer nº 20, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto e rejeição das duas emendas apresentadas.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4, de 2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”, tendo Parecer nº 54, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação do projeto.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Marcus Pestana votou com o partido na votação nominal na Câmara.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entendi a preocupação do Deputado Eduardo Cunha, acho que já está sacramentado o princípio regimental. Obviamente, esta verificação pode ser visual ou por registro de presença. Acho que, de forma visual, haverá consenso quanto a isso.

Eu aguardei pacientemente apenas porque eu queria neste momento registrar que nós entendemos que é importante que se construam entendimentos. Isso não vale só para a Oposição ou para a base do Governo. O que nós estamos assistindo aqui hoje demonstra claramente isso.

Nós percebemos que é preciso que se construam entendimentos também na Comissão Mista de Orçamentos, onde nós representamos como Coordenador o PSDB.

O Senado Federal continua segurando o projeto do orçamento impositivo. Isso não tem contribuído para um entendimento entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e a Comissão Mista.

A LDO até hoje sequer foi apreciada na Comissão, muito menos teve condição de vir para o Plenário do Congresso Nacional.

Já vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Vamos encerrar a sessão.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Faço este registro para dizer que o PSDB exerce, sim, o seu papel de Oposição, mas busca a construção do necessário entendimento, não só entre a Oposição e a base do Governo, mas entre todos nesta Casa, para que a democracia possa funcionar plenamente e as matérias de interesse do País possam ser votadas.

Concluo, também, registrando aqui os meus cumprimentos e o cumprimento do PSDB a todos os professores do nosso País, neste dia em que se comemora o Dia do Professor. Deixamos aqui, é claro, o nosso alerta de que muito ainda temos que fazer para, de fato, valorizar os professores. Aí, sim, terão motivos de sobra para comemorar pelo belo trabalho, pela missão que exercem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Não havendo quórum, a Presidência convoca sessão conjunta para o próximo dia 19 de novembro, às 19 horas, neste plenário, destinada à deliberação sobre vetos presidenciais com prazo constitucional esgotado, bem como os itens da parte 2 da presente sessão.


Portanto, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 1 minuto.)

ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DE VETOS PRESIDENCIAIS CONSTANTES DA
CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA SESSÃO CONJUNTA REALIZADA
AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2013.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Coordenação de Informática Legislativa e Parlamentar – Coleep da Secretaria de Tecnologia da Informação – Prodasen, salas Itapema e Guarulhos, às 21 horas e 20 minutos, não tendo havido nenhum Parlamentar indicado pelas Lideranças Partidárias para integrar a comissão de apuração, para acompanhar a apuração dos votos oferecidos, por meio de cédula única, que é parte integrante da presente ata, aos Vetos Presidenciais nºs 33 a 37 de 2013, Itens 1 a 5 da pauta, respectivamente, na sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para as dezenove horas do dia quinze de outubro do corrente ano, iniciou-se a apuração dos votos. Procedeu-se à abertura, uma a uma, das três urnas do Senado Federal. Em seguida, foram contadas e numeradas as cédulas, cujo número, 60, correspondeu ao total de assinaturas das listas de presença respectivas, tendo sido as cédulas divididas em lotes de dez e acondicionadas em envelopes próprios, também numerados com etiquetas. Ato contínuo, foram transcritas todas as cédulas de votação do Senado Federal utilizando-se o sistema de dupla digitação, seguido de conferência de cada cédula, tendo sido sanadas todas as dúvidas quanto à validade das cédulas. Dando seguimento aos trabalhos, abriram-se, uma a uma, as dez urnas da Câmara dos Deputados, contando e numerando as cédulas, que totalizaram 424, coincidindo com o número de assinaturas nas listas de presença. Uma das cédulas foi invalidada por se tratar de cópia, em papel A4, da cédula oficial, totalizando ao final, 423 cédulas válidas. As cédulas foram divididas em lotes de dez e acondicionadas em envelopes próprios, também numerados com etiquetas. Foi utilizado o sistema de dupla digitação, seguido de conferência

de cada cédula, tendo sido anulada uma cédula por apresentar identificação na capa tendo sido sanadas todas as demais dúvidas quanto à validade das cédulas. Finalizado o processo de digitação, foram emitidos os relatórios com os seguintes resultados: o Item 4 da pauta, correspondente ao Veto nº 36 de 2013, foi mantido no Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 66 da Constituição Federal, dispensando sua apuração na Câmara dos Deputados, em obediência ao art. 43 do Regimento Comum; os Itens 1, 2, 3 e 5 da pauta, correspondentes aos Vetos nºs 33, 34, 35 e 37 de 2013, foram todos mantidos na Câmara dos Deputados, também nos termos do § 4º do art. 66 da Constituição Federal, ficando dispensada sua apuração no Senado Federal, em igual obediência ao art. 43 do Regimento Comum. Foram emitidos pelo Prodasen relatórios de apuração, que são parte integrante desta Ata, com a totalização dos votos dos Senadores e Deputados. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Vítor Guimarães Vieira, e pelo Diretor da Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional, Marcos Aurélio Pereira, que acompanharam todo o processo.


Victor Guimarães Vieira
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação
PROGASEN

Marcelo
Marcos Aurélio Pereira
 Diretor da Secretaria de Gestão
 Legislativa do Congresso Nacional
 Matr. 276443

SESSÃO CONJUNTA EM 15-10-2013**CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO**

- 1- Esta é uma cédula única de votação, prevista no art. 47 do Regimento Comum, contendo matérias vetadas pela Senhora Presidente da República.
- 2- Ela é o instrumento legal que permitirá, através do exercício livre do dever constitucional do voto, resguardado o sigilo, aferir a vontade formal do Congresso Nacional.
- 3- A cédula está sendo colocada à disposição do Congressista com antecedência, para propiciar-lhe um estudo acurado da matéria e a possibilidade de escolha reservadamente.
- 4- Ao lado de cada dispositivo vetado, constam três quadros em branco, com indicação, em cada, das opções de voto (sim, não, abstenção).
- 5- Para os vetos parciais em que exista mais de um dispositivo vetado, logo abaixo da ementa da matéria há três quadros que possibilitam ao Congressista assinalar uma única opção de voto referente a todos os dispositivos daquele item.
- 6- O Congressista, para votar, deverá preencher com um xis (X) o quadro que represente a sua vontade (sim, não, abstenção).
- 7- A cédula, após preenchida, não devendo conter qualquer sinal de identificação ou rasuras, será depositada em urnas localizadas no Plenário, devendo o Congressista assinar a folha de votação respectiva.
- 8- A apuração será feita obedecido o disposto no art. 43 do Regimento Comum, sob a responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação - PRODASEN e acompanhada por Congressistas indicados pelos respectivos partidos.
- 9- O voto não pode ser mudado após depositado na urna.
- 10- O que está em votação é o veto. O voto **SIM** mantém o veto; o voto **NÃO** o rejeita.
- 11- Os avulsos referentes às matérias constantes desta Cédula encontram-se à disposição dos Senhores Parlamentares em meio eletrônico no portal do Congresso Nacional e no sítio do Senado Federal, nos termos no art. 106, do Regimento Interno do Congresso Nacional, com redação dada pela Resolução nº 1, 2013-CN.

MATÉRIA	VOTO
Item 1	
<p>Veto Parcial nº 33, de 2013</p> <p>- Veto Parcial nº 33, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (nº 4.264/2012, na Casa de origem), que "Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços".</p>	
<input type="checkbox"/> Sim para todos os dispositivos deste item. [001.S]	
<input type="checkbox"/> Não para todos os dispositivos deste item. [001.N]	
<input type="checkbox"/> Abstenção para todos os dispositivos deste item. [001.A]	
<p>- inciso II do § 2º do art. 1º;</p>	<p>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [001.001]</p>
<p>- inciso III do § 2º do art. 1º;</p>	<p>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [001.002]</p>
<p>- art. 5º;</p>	<p>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [001.003]</p>
Item 2	
<p>Veto Parcial nº 34, de 2013</p> <p>- Veto Parcial nº 34, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894/2009, na Casa de origem), que "Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação".</p>	
<input type="checkbox"/> Sim para todos os dispositivos deste item. [002.S]	
<input type="checkbox"/> Não para todos os dispositivos deste item. [002.N]	
<input type="checkbox"/> Abstenção para todos os dispositivos deste item. [002.A]	
<p>- § 2º do art. 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;</p>	<p>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [002.001]</p>
<p>- § 9º do art. 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;</p>	<p>S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [002.002]</p>
Item 3	
<p>Veto Parcial nº 35, de 2013</p> <p>- Veto Parcial nº 35, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (nº 2.205/2011, na Casa de origem), que "Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos</p>	

MATÉRIA	VOTO
<p>nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências".</p>	
<input type="checkbox"/> Sim para todos os dispositivos deste item. [003.S]	
<input type="checkbox"/> Não para todos os dispositivos deste item. [003.N]	
<input type="checkbox"/> Abstenção para todos os dispositivos deste item. [003.A]	
- art. 8º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.001]
- "caput" do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.002]
- § 1º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.003]
- "caput" § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.004]
- inciso I do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.005]
- inciso II do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.006]
- inciso III do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.007]
- inciso IV do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.008]
- inciso V do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.009]
- inciso VI do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.010]
- inciso VII do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.011]
- inciso VIII do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.012]
- inciso IX do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.013]
- inciso X do § 2º do art. 9º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.014]
- "caput" do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.015]
- inciso I do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.016]
- inciso II do art. 10;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.017]
- "caput" do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.018]
- § 1º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.019]
- § 2º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.020]
- "caput" do § 3º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.021]
- inciso I do § 3º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.022]
- inciso II do § 3º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.023]
- § 4º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.024]

MATÉRIA	VOTO
- § 5º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.025]
- § 6º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.026]
- "caput" do § 7º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.027]
- inciso I do § 7º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.028]
- inciso II do § 7º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.029]
- "caput" do § 8º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.030]
- inciso I do § 8º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.031]
- inciso II do § 8º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.032]
- § 9º do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.033]
- § 10 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.034]
- § 11 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.035]
- § 12 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.036]
- § 13 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.037]
- § 14 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.038]
- § 15 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.039]
- § 16 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.040]
- § 17 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.041]
- "caput" do § 18 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.042]
- inciso I do § 18 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.043]
- inciso II do § 18 do art. 11;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.044]
- art. 12;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.045]
- art. 13;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.046]

MATÉRIA			VOTO
- Anexo I - Tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS			<input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.047]
Classe	Padrão	Vencimento Básico	
Especial	III	5.151,00	
	II	5.015,58	
	I	4.883,72	
C	VI	4.651,16	
	V	4.528,88	
	IV	4.409,81	
	III	4.293,88	
	II	4.180,99	
	I	4.071,07	
B	VI	3.877,21	
	V	3.775,28	
	IV	3.676,03	
	III	3.579,39	
	II	3.485,29	
	I	3.393,66	
A	V	3.232,06	
	IV	3.147,09	
	III	3.064,35	
	II	2.983,79	
	I	2.905,35	

MATÉRIA			VOTO
- Anexo II - Tabela de pontos da Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS - GDASUS			S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [003.048]
Classe	Padrão	Valor	
Especial	III	50,00	
	II	48,45	
	I	46,95	
C	VI	44,08	
	V	42,71	
	IV	41,39	
	III	40,11	
	II	38,87	
	I	37,66	
B	VI	35,36	
	V	34,26	
	IV	33,20	
	III	32,17	
	II	31,17	
	I	30,20	
A	V	28,36	
	IV	27,48	
	III	26,63	
	II	25,80	
	I	25,00	
Item 4			
Veto Total nº 36, de 2013 - Veto Total nº 36, de 2013, ao Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999 (nº 2.641/2003, na Câmara dos Deputados), que "Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro".			S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [004]

MATÉRIA	VOTO
<p>Veto Parcial nº 37, de 2013</p> <p>- Veto Parcial nº 37, de 2013, ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 613/2013), que "Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências".</p>	
- § 9º do art. 1º;	S <input type="checkbox"/> N <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> [005.001]

Congresso Nacional

Apuração Final dos Vetos

Data: 16/10/2013 00:41:42

Página: 1 de 5

Casa	Item	Descrição	Códulas válidas	Sim a	Não b	Abstenção c	Branco d	Nulo e	Quorum a+b+c	Resultado
01		- Veto Parcial n.º 33, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 47, de 2011 (n.º 4.264/2012, na Casa de origem), que "institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços".								
01.01		- inciso II do § 2.º do art. 1.º;	423	286	94	0	34	9	380	Mantido
01.02		- inciso III do § 2.º do art. 1.º;	423	285	93	0	36	9	378	Mantido
01.03		- art. 5.º;	423	277	100	0	36	10	377	Mantido
02		- Veto Parcial n.º 34, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 50, de 2011 (n.º 5.894/2009, na Casa de origem), que "transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei n.º 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estando a indenização, de que trata o art. 16 da Lei n.º 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - IBAMA, de que trata a Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira da Especialista em Meio Ambiente, e a Lei n.º 6.538, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, na sua fins e mecanismos de formulação e aplicação".								
02.01		- § 2.º do art. 16 da Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5.º do projeto;	423	321	62	0	16	4	383	Mantido
02.02		- § 9.º do art. 16 da Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5.º do projeto;	423	320	63	0	16	4	383	Mantido

Casa CD	Item	Descrição	Cédulas válidas	Sim S	Não N	Abstenção A	Branco B	Nulo N	Quorum atribu	Resultado
03		- Veto Parcial n° 35, de 2013, ao Projeto de Lei da Câmara n° 123, de 2012 (n° 2.205/2011, na Casa de origem), que "Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasa), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis n°s 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, e dá outras providências".								
03.01		- art. 8°;	423	309	65	0	35	14	374	Mantido
03.02		- "caput" do art. 9°;	423	309	65	0	35	14	374	Mantido
03.03		- § 1° do art. 9°;	423	308	65	0	36	14	373	Mantido
03.04		- "caput" § 2° do art. 9°;	423	308	65	0	36	14	373	Mantido
03.05		- inciso I do § 2° do art. 9°;	423	308	65	0	36	14	373	Mantido
03.06		- inciso II do § 2° do art. 9°;	423	308	65	0	36	14	373	Mantido
03.07		- inciso VII do § 2° do art. 9°;	423	308	65	0	36	14	373	Mantido
03.08		- inciso IV do § 2° do art. 9°;	423	308	64	1	36	14	373	Mantido
03.09		- inciso V do § 2° do art. 9°;	423	308	64	1	36	14	373	Mantido
03.10		- inciso VI do § 2° do art. 9°;	423	308	64	1	36	14	373	Mantido
03.11		- inciso VII do § 2° do art. 9°;	423	308	64	1	36	14	373	Mantido
03.12		- inciso VIII do § 2° do art. 9°;	423	309	63	1	36	14	373	Mantido
03.13		- inciso IX do § 2° do art. 9°;	423	309	63	1	36	14	373	Mantido

Caso	Item	Descrição	Cédulas válidas a	Sim b	Não c	Abstenção d	Branco e	Nulo f	Quorum g+h+i	Resultado
CD	03.14	- inciso X do § 2º do art. 9º;	423	309	63	1	36	14	373	Mantido
	03.15	- "caput" do art. 10;	423	309	63	1	36	14	373	Mantido
	03.16	- inciso I do art. 10;	423	309	63	1	36	14	373	Mantido
	03.17	- inciso II do art. 10;	423	309	63	1	36	14	373	Mantido
	03.18	- "caput" do art. 11;	423	310	62	1	36	14	373	Mantido
	03.19	- § 1º do art. 11;	423	310	62	1	36	14	373	Mantido
	03.20	- § 2º do art. 11;	423	310	62	1	36	14	373	Mantido
	03.21	- "caput" do § 3º do art. 11;	423	310	62	1	36	14	373	Mantido
	03.22	- inciso I do § 3º do art. 11;	423	310	62	1	36	14	373	Mantido
	03.23	- inciso II do § 3º do art. 11;	423	310	62	1	36	14	373	Mantido
	03.24	- § 4º do art. 11;	423	309	62	1	36	15	372	Mantido
	03.25	- § 5º do art. 11;	423	308	65	0	35	15	373	Mantido
	03.26	- § 6º do art. 11;	423	308	64	1	35	15	373	Mantido
	03.27	- "caput" do § 7º do art. 11;	423	308	64	1	35	15	373	Mantido
	03.28	- inciso I do § 7º do art. 11;	423	308	64	0	35	16	372	Mantido
	03.29	- inciso II do § 7º do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.30	- "caput" do § 8º do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido

Casa	Item	Descrição	Cédulas válidas	Sim A	Não B	Abstenção C	Branco D	Nulo E	Quorum F=BCD	Resultado
CD										
	03.31	- inciso I do § 8º do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.32	- inciso II do § 8º do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.33	- § 9º do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.34	- § 10 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.35	- § 11 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.36	- § 12 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.37	- § 13 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.38	- § 14 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.39	- § 15 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.40	- § 16 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.41	- § 17 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.42	- "caput" do § 18 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.43	- inciso I do § 18 do art. 11;	423	309	64	0	35	15	373	Mantido
	03.44	- inciso II do § 18 do art. 11;	423	308	65	0	35	15	373	Mantido
	03.45	- art. 12;	423	308	65	0	35	15	373	Mantido
	03.46	- art. 13;	423	308	65	0	35	15	373	Mantido
	03.47	- Anexo I - Tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS	423	306	65	0	37	15	371	Mantido

Causa	Item	Descrição	Cédulas válidas	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Resultado
CD				a	b	c	d	e	abs+c	
	03.40	- Anexo II - Tabela de pontos da Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS - GDASUS	423	306	64	0	38	15	370	Mantido
	05	- Veto Parcial n° 37, de 2013, ao Projeto de Lei de Conversão n° 20, de 2013 (origem da Medida Provisória n° 613/2013), que institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis n°s 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.065, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que apacifica; revoga o § 2° do art. 57 da Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dá outras providências.	423	245	124	1	52	1	370	Mantido
	05.01	- § 9° do art. 1°;								

Causa	Item	Descrição	Cédulas válidas	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Resultado
SF				a	b	c	d	e	abs+c	
	04	- Veto Total n° 36, de 2013, ao Projeto de Lei do Senado n° 612, de 1999 (n° 2.641/2003, na Câmara dos Deputados), que "Altera o Decreto-Lei n° 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro".	60	42	14	0	4	0	56	Mantido

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.**3-** Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.**4-** Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.**5-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.**6-** Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.**7-** Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.**8-** Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.**9-** O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.**10-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genécias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.

11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.

12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genécias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**Relator do PLDO / 2014:** Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{18, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 28}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 28}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 18 e 28}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{8, 10 e 25}	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{8, 10, 28, 30 e 31}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:**1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{3, 6 e 7}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 8}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 30-9-2013⁴
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	
Edinho Araújo (PMDB/SP)	
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Jorge Viana (PT/AC)	
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
 sccn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**Resolução nº 1/2011-CN****COMPOSIÇÃO**¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**Deputados**

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Vago ⁴	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luís Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago ⁶	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁵
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos (DEM/MT) ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique ⁹	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB n°s 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios n°s 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



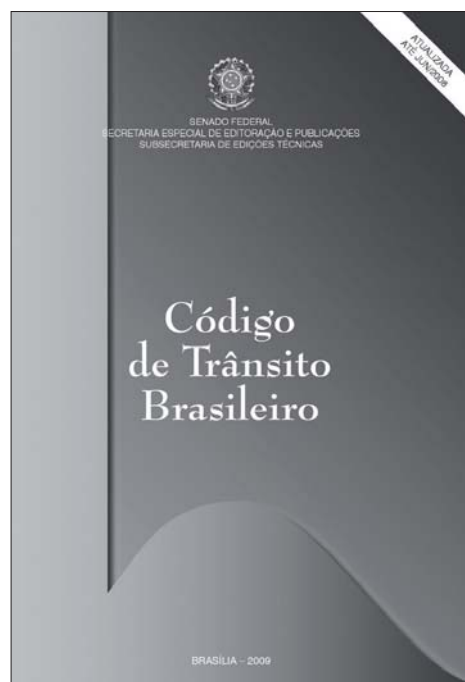
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEN BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 88 páginas
(OS: 16411/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

